

TRANSCRIÇÃO

S2510J5 - CES 03.06.2015

27 de janeiro de 2016

PARTICIPANTES

Vozes masculinas não identificadas: M

Vozes femininas não identificadas: F

Sueli, Luciana, Orlando, Cleiciane, Carlos, Ana Boabaid, Oscarlino, Dauiza, Edvander, Marcelo João Dourado, João Alves, Ambrósio, Marcos Aurélio, Bertúlio Neves, Fátima, Edna, Gessé.

TEMPO DE GRAVAÇÃO

03 horas 32 minutos 14 segundos

MODALIDADE DE TRANSCRIÇÃO

Padrão

LEGENDA

... → pausa ou interrupção.

(inint) [hh:mm:ss] → palavra ou trecho ininteligível.

(palavra) [hh:mm:ss] → incerteza da palavra transcrita / ouvida.

(palavra) → siglas ou nomes próprios.

(INÍCIO)

[00:00:13]

SUELI: Gente, devido ao horário a gente vai, eh, dar início né a conferência em respeito aos que estão aqui presentes, aos conselheiros e convidados né? Os trabalhadores. Então vamos dar início à reunião de hoje, tá? Aí, eh, conferencia de quórum né? A gente já está no segundo, já no segundo chamado né? Já passou o horário. Então, agora expediente relevante. Eu vou passar para a (Luciana) passar as informações do expediente relevante.

Luciana: Primeiro momento a justificativa da ausência de (Adriana Balsanelli) e o representante do (FEPAGRE) comunicar ao conselho da sua ausência. Eh, tem um pedido de moção, tem um, (Rosário Écio) mandou, até entreguei para vocês aí, eles fizeram uma moção de repudio em

desfavor ao secretário de saúde e ao prefeito municipal de (Rosário Esper). Pediram para deixar aqui gravado. Tem um relatório de (São Joao Batista) que chegou a secretaria desse hospital de (Diamantino). E eu marquei uma reunião com a comissão ambulatorial hospitalar dia 08/06 as 14 horas lá no conselho. Lá tem um relatório da auditoria para ser analisado. Tem uma solicitação de homenagear o doutor (Júlio Mira Neto) pelo trabalho relevante prestado à saúde da população mato-grossense. Conselheiro (Edvan de Pinto de França) fez essa solicitação. Tem uma moção de aplauso solicitado pelo (NEOM), oi? Aplauso e reconhecimento ao senhor (Djair José Pereira) pelo profissionalismo na construção da reforma sanitária brasileira na gestão regionalizada do (SUS). A proposta é do núcleo de estudos e organizações da mulher, (NEOM). Tem o pedido do (COSEMS), ele pediu a ampliação do prazo das etapas da conferencias municipais até dia 7 de agosto de 2015. Isso fica para a comissão da conferencia fazer essa análise. E tem um pedido de representação na oficina de formação do (PPA). Precisa de 3 conselheiros, tá? Para representar essa formulação do (PPA) que vai ser dia 9 a dia 12 e precisa um representante da comissão da conferencia estar lá também.

SUELI: Pode falar agora. Nós temos também aquela oficina que foi deliberada para fazer oficina de monitoramento e cooperação técnica, o grupo já definiu a data. Você tem a data aí (Luciana)? A data da oficina. Agosto, julho? É. Final de julho né? 22 e 23 de julho, a secretaria geral já está organizando. Parece oficina. E nessa oficina nós vamos ter apoio que está nos ajudando a organizar, estamos fazendo a juntada de material. Doutor (Júlio Muller), eh, foi, pedimos para ele e ele vai nos ajudar. E nós temos também a visita que nós fizemos ao ministério público, no

ministério público nós estivemos lá numa comissão, a comissão do conselho para um diálogo com o doutor (Alexandre Guedes) e ele nos colocou que só daqui a 45 dias ele vai posicionar a respeito das resoluções, as resoluções do conselho que não foram homologadas. Dentre elas tem a resolução, as 2 resoluções das OS que o conselho desaprova a metodologia das (OS). Tem a resolução do recurso da saúde ser, retornar a ser recurso público, eh, passar para a gestão do conselho estadual e as outras resoluções. E nós colocamos também para ele que o conselho não aprovou os (PTA) de 2012 e 2013 e o ministério público solicitou que enviasse esses documentos também junto com esse documento enviasse aquele, a resolução do qual o conselho estadual sai da comissão que, eh, se fazia representar em nome do conselho estadual em relação a lei 150 (OS) que não tinha validade jurídica. Então esse instrumento ficou para a secretaria geral estar encaminhando para o ministério público.

SUELI: Eh, chegou aqui agora um ofício da prefeitura municipal de (Nova Olinda) direcionada ao senhor secretário de estado de saúde (Marco Aurélio da Neves), tendo em vista as dificuldades financeiras pela qual o município de (Nova Olinda) está atravessando, a realidade de muitos municípios do Estado, o município não tem deixado de atender as demandas de média e alta complexidade, atendidas pelo consórcio intermunicipal de saúde. E por esta razão chegamos a um déficit de 248 mil reais. Solicitamos a secretaria de saúde do Estado de (Mato Grosso) a contrapartida da quitação do débito junto ao referido consórcio, a fim de que possamos continuar a atender como sempre fizemos a população do nosso município. Desde já, agradecemos a certeza e a colaboração da

referida secretaria para juntos somarmos esta pendência financeira. Né, está registrado aqui. Eh, (Cristóvão Masson) prefeito municipal. Ele que está encaminhando. Está aqui prefeito municipal, está a assinatura dele. Eh, o (Orlando) tem um assunto relevante.

Orlando: Isso, expediente relevante. (Orlando), (SINTEP), segmento usuário. Boa tarde pessoal. O expediente relevante tem a ver com a, eh, inclusive uma reunião que os técnicos da (SEFAZ) convocou e eu estive nessa reunião agora na terça-feira, onde nós fizemos o questionamento, o (Carlinhos) esteve presente inclusive na audiência foi com relação a audiência da judicialização da saúde, em que o judiciário bloqueou 300 milhões lá da saúde. E a audiência na sequência, me parece que foi no dia 04 de maio, da prestação de conta do quarto, do terceiro trimestre de 2014. Em seguida a gente teve acesso a algumas informações, não toda ela detalhada do primeiro quadrimestre de 2015, e aí, por isso que eu estou colocando aqui como expediente relevante de que a mesma metodologia realizada nos 3 anos, nos 4 anos do (PTA) do governo passado, perdão, dos 3 anos do governo passado está se utilizando agora novamente em 2015 que é pagando com recurso do tesouro os aposentados, os segurados e pensionistas e está sendo inserido nos 12% de atendimento do serviço a saúde. Então permanece a mesma metodologia, vício de origem, isso é negar recurso para a saúde. Sem contar imposto de renda que a gente não consegue visualizar dos recursos de imposto de renda que está voltando para a saúde. Então isso é relevante para nós fazermos os questionamentos, eh, ficou dos técnicos da (SEFAZ), por ordem até do governador fazer esse esclarecimento se vai mandar do conselho para as entidades sindicais ou se vai tornar público

dessa alteração de metodologia que está negando recursos da saúde, isso já está visualizado porque o dinheiro que está sendo descontado do salário dos servidores, todo servidor do Estado não está pagando a previdência, que é descontado da previdência. Está se pagando com o dinheiro do tesouro. Então nós queremos ver onde que está esse dinheiro dos recursos da previdência. E reforçar nesse expediente relevante da (Ana) de que aí (Ana) nós temos que tornar público esse encaminhamento do ministério público, que não dá para o conselho estadual de saúde ficar colocando a cara, fazendo enfrentamento sem nenhuma estrutura, sem nenhuma segurança e o ministério público precisa também se posicionar sobre isso. É isso.

Carlinhos: Expediente relevante, presidente. Só quero fazer a comple... e aí eu preciso de uma informação. Eu reclamei perante o cerimonial da assembleia porque o conselho estadual de saúde não foi convidado para a audiência pública. Inclusive eu enviei um e-mail. E o e-mail retornou. E aí eu tentei falar com (Luciana), não consegui. Aí eu falei com o (Neo) que estava na (Amecor), alguma coisa assim. Falei “(Neo), tenta falar com a (Luciana)”, liguei em todos os telefones celular e tal dizendo da audiência pública que ia acontecer na terça-feira. O cerimonial disse, se vocês acreditam, que ele não tinha o e-mail da assembleia legislativa, do conselho estadual de saúde. E aí eu escrevi no papelzinho o e-mail da secretaria, do conselho, desculpe. O e-mail do conselho. O deputado (Emanuel Pinheiro) falou que pedia desculpa, que foi tudo na segunda-feira à noite para terça-feira de manhã né? E aí eu tive que fazer referência a ex-secretários lá dentro, que acontecia isso no passado e que esperava que não acontecesse mais neste ano. Está certo? Então é nesse

sentido que a gente quer colocar, tá? E eles, o cerimonial diz que não tem o e-mail do conselho estadual de saúde para enviar o convite. Palavra das senhoritas que me atenderam. Está bom?

SUELI: Pronto? Podemos ter algum informe?

Cleiciane: Não está funcionando. (Cleiciane), (COSEMS). Eu queria saber em relação ao expediente relevante que nós pedimos, (COSEMS). Já foi tratado?

SUELI: Já foi colocado.

Cleiciane: Ah tá, desculpe. É que eu cheguei do interior agora. Como é que ficou?

SUELI: Vai ser encaminhado para a comissão organizadora da conferência.

Cleiciane: Ah tá. Para apreciação ainda? Está ok. Obrigada.

F: Eu gostaria de lembrar a nossa visita hoje a universidade federal. Você poderia falar? Eh, anteontem nós reunimos com o presidente do conselho e teve a proposta dele, de a gente verificar a possibilidade de fazer a conferência estadual nos campus da universidade federal do (Mato Grosso) e foi agendado para hoje 11 horas. Nós tivemos na universidade uma comissão mais a trabalhadores que estão contribuindo nas comissões da conferência e infelizmente não vai poder ser lá porque o espaço lá está em greve, vai ser em setembro vai estar retornando, eles não têm auditório suficiente para mil e 200 pessoas. Ela coloca também que é o restaurante também não comporta, eh, essa quantidade. E fechou com a gente possibilidade de ver com a (Uniselva) de fazer a logística. Mas ainda está numa possibilidade que ela vai estar dando retorno.

Carlinhos: Presidente? É o seguinte, a (Uniselva) leva 25% do recurso. Não vamos aceitar essa situação. Toda vez que se fecha um, um projeto com a fundação (Uniselva) eles têm uma taxa de funcionamento. Quando eu era professor antes de aposentar era em torno de 10%. Eu quero aqui prevaricar no que estou falando. Mas ela cobra 25% do recurso que entrar na conta para poder fazer o negócio. Então pelo amor de deus, se é 1 milhão de reais é 250 mil né?

Ana Boabaid: Só colocar, conselheiro (Carlinhos)? É (Ana Boabaid). Eu queria colocar que o que o conselho estadual está buscando é a economicidade, que nós pegamos onde, eh, costuma se fazer que é o hotel fazenda e também nós tivemos um problema que até hoje não foi pago a plenária, está fazendo 9 meses. Não foi paga a plenária até hoje. E então, eh, tudo isso gerou problemas, mas é para ser, nós estamos fazendo tomada de preço né? Lógico que onde for mais barato vai ser por aí que o conselho vai caminhar.

SUELI: E só para lembrar que foi tocado nessa questão, viu (Carlinhos), da porcentagem lá que tem, mas ela disse que é público e vai fazer o que faz para a (UFMT).

Carlinhos: É, mas ela não é pública né? Ela cobra taxa.

Cleiciane: Presidente? Eu queria também pedir outro expediente relevante. Eh, eu estou conversando aqui com meus, é (Cleiciane), (COSEMS), com os colegas aqui no (WhatsApp) e nós estamos passando uma dificuldade muito grande que, eh, não é só uma dificuldade que a gente pode dizer que seria culpa da gestão, do governo, não é isso. Aí me responderam, “é o (Eduardo) de vera”. O (Eduardo) ele a hora que eu saí de (Nova Marilândia), as 10:30, ele colocou que faltava mais ou menos uns

50 minutos para sair a ordem de prisão dele por descumprimento por não conseguir uma (UTI) um paciente dele. Então assim, eu queria colocar a situação que nós estamos vivendo enquanto secretários. Hoje as, os atendimentos de média e alta complexidade, principalmente de alta complexidade que não estão sendo realizados, eh, está sendo judicializado o Estado e o município, mas o Estado é mais difícil de alcançar porque é o município que está mais perto da pessoa. E os secretários estão tendo ordem de prisão por causa disso. E nós sabemos que a média e a alta não são responsabilidades do município, principalmente a alta, a média é descentralizada em uma parte, mas a alta não. Então eu gostaria de colocar isso porque nós temos que pautar a situação da alta complexidade, principalmente com relação as (UTI's), por que? Porque a (UTI), eh, nossa discussão aqui nós vimos algumas coisas assim que, o secretário de (Cuiabá) juntamente com a equipe técnica foram fazer, eh, algumas incursões dentro dos hospitais, lá eles encontraram pessoas que estão internados via liminar esperando próteses, dentro da (UTI), pessoas que estão internadas esperando para tomar medicação de alto custo, para garantir medicação de alto custo enquanto nós temos um alto número de pessoas traumatizadas que a (UTI) salvaria a vida dessas pessoas, nós temos um (WhatsApp) aqui tem quase 100 secretários e no fim de semana fica todo mundo louco caçando alguém que conhece alguém que conhece alguém que tem acesso a (UTI). Então nós temos que começar a conversar isso aqui, porque assim, há um enfrentamento muito grande a ser feito. Nós temos judiciário, eh, deformando, deformando eu posso dizer, o judiciário está deformando esses encaminhamentos por conta que cada um tem suas particularidades, suas urgências e acabam urgencializando o que não é urgência. Então assim, nós estamos sem

vagas de (UTI) por falta de leito, que é histórico, nós já estamos com muitos anos sem criar leito de (UTI), nós estamos com falta de (UTI) por conta, eh, dessa, dessa má formação, dessa disformação que está acontecendo de internar pessoas na (UTI) por questões que não são da (UTI). Então assim, eu gostaria que se não fosse nessa reunião, que nós pautássemos isso e que o conselho, aqui nós temos médicos, (CRM), nós temos vários, várias entidades aqui para a gente pautar isso porque não é um enfrentamento só do governo do Estado, não é só criar leito. Eu tenho uma experiência que está acontecendo lá na minha região de (Tangará da Serra) onde tem um corpo médico que tem uma (UTI) agora que eles estão judicializando tudo que eles acham que judicializa. Aí, o médico me contando isso, aí o juiz liga para ele querendo ter alguma informação, aí ele fala os termos técnicos...

SUELI: Conclua.

Cleiciane: ...e fala se morrer a responsabilidade é sua doutor. Então assim, eu gostaria que a gente pautasse isso.

Sueli: É o segundo ponto de pauta aqui oh? Tá? Só para...

Sueli: (inint) [00:19:59].

Cleiciane: Mas eu quero colocar aqui além de judicialização e regulação, a criação de leitos.

Sueli: Tá, aí a gente pode pedir como ponto de pauta.

M: (Sueli), me permite (Sueli), mas o que ela está trazendo aqui e eu concordo com a tese dela inclusive o (Oscarlino) estava na audiência, o judiciário, ele está criando uma bandeira própria para bloquear o recurso e ele mesmo ficar fazendo a função da secretaria da saúde. Ele não pode

fazer isso. Ele tem que arrumar uma outra forma de resolver aquilo que está sendo negado para a saúde, não bloquear o recurso e ele querer administrar, entendeu?

Sueli: Sim. Então, eu estou propondo que além desse, é.

M: Inclusão de pauta, eu concordo.

Sueli: Inclusão? Da judicialização, tá? Seria o último ponto né? 3.8. Então vamos entrar na pauta. É o 3.1 que é encaminhamento sobre o processo, ah, eu, então desculpa. 3 minutos, tá?

Oscarlino: (Oscarlino), segmento do trabalhador, sindicato dos servidores públicos da saúde do estado, só gostaria de deixar registrado, a nossa luta de ontem, nosso manifesto que a gente fez o primeiro exercício de cidadania e de compromisso social, que o nosso sindicato tem com o trabalhador, e principalmente com o usuário do sistema único de saúde. Ontem nós demos uma lição assim, fantástica, foi um movimento assim maravilhoso, nós fizemos a contabilização de camisetas que foram entregues para trabalhadores, e a lista de presença lá na praça (Além Castro) ontem, nós colocamos ali 600 trabalhadores, mesmo com a situação do terrorismo do corte de ponto, dentro da legalidade, cumprindo todas as prerrogativas legais para a gente poder fazer esse manifesto, que tem como plano de fundo as condições materiais de trabalho, a precariedade de serviço prestado pelo sistema único de saúde estadual, da precariedade das relações de trabalho, da falta ferramental, da falta do cumprimento que foi dito em campanha, do reaparelhamento da máquina da saúde pública do estado de (mato Grosso), é uma situação gritante, que no princípio do continuísmo que a gente tem da iniciativa pública, a gente não pode ficar esperando, nós lidamos com vidas,

peessoas, seres humanos, então não há uma situação que a categoria disse na rua que não tem mais tempo para a gente esperar, para a gente ver essa situação materializar. Isso aconteceu na capital e aconteceu no interior, nós fomos conversar com a população mato-grossense, nós não interrompemos os serviços para prejudicar mais ainda a população mato-grossense, porque nós já estamos parados há muito tempo dentro das unidades. Essa situação que a gente vem passando, ela é caótica, o trabalhador está adoecendo, e virando paciente junto no sistema único de saúde. E a gente também não vai ter socorro, e a gente não vai ter a prestação de serviço, porque o sistema está completamente precarizado. E desembocando nas costas dos 141 municípios que estão pagando a conta, e que não estão tendo capacidade, resolutividade dos serviços, e esses pacientes estão entrando com vida dentro das unidades, e estão saindo sem vida. Chega, demos um basta. O que nós queremos é não à privatização do sistema único de saúde, e do sistema público, nós queremos concurso público já, para agora, tem 2 mil e poucos postos de trabalho sendo ocupados por, 2.126 postos de trabalho porque a nossa superintendente diminui um pouco esse número para 2 mil e 70 e poucos trabalhadores, tá, trabalhando no regime cltista, que não tampouco, além da precariedade e da falta de qualidade, e da falta de especialização, para poder prestar esse serviço de qualidade ao cidadão, ele não tem qualificação, ele não tem qualificação e paga o regime geral da previdência social, ele não paga nem os nossos aposentados atuais. Eles não contribuem com a previdência social. Nós queremos os estoques regulares de medicamentos, nós queremos os insumos...

Sueli: Acabou o tempo.

Oscarlino: mais 1 minuto? Mais 1 minuto consegue? Nós queremos condições de trabalho, queremos não à privatização, fora (OSSS), queremos medicamentos, insumos, e reaparelhamento com a reforma de todas unidades. Hoje nós já tivemos a visita, você vê o que, que é sair para a rua, hoje nós já tivemos a visita no (CRIDAC) do secretário de gestão do estado juntamente com o secretário de infraestrutura não, é secretário de gestão, e foi o secretário de planejamento, já foram lá verificar a nossa realidade, e não chamaram nem o direito da unidade, eles foram verificar se realmente está acontecendo. Está acontecendo, as paredes estão caindo sobre a nossa cabeça. É nesse conselho paritário, é nesse órgão que a gente precisa deliberar e cuidar do trabalhador, e cuidar da população mato-grossense.

Sueli: Vou perguntar, tem mais algum expediente relevante?

M: Gostaria de falar um pouquinho, em apoio ao colega (Oscarlino) gostaria de falar que, aqui na, e a também ordinária, frente ao presidente, ao (Marco Aurélio), a gente já salientou a precariedade dos escritórios regionais, falando em questão região sul, (Rondonópolis), onde se manifestou lá em praça pública mais de 60 funcionários, a precariedade é total, e como ele vinha anunciando que iria reestruturar a casa em 100 dias, os 100 dias passaram, e eu não vi nada acontecer de diferente lá. Pessoas que estão lá esperando, uma melhor estruturação, uma melhor reforma no tipo de serviço, um a requalificação e nada. E ele falou aqui, em sessão ordinária, que em 100 dias estaria resolvido. E eu estou cobrando agora, os 100 dias passaram, e eles continuam em situações precárias.

Sueli: Então, mais algum? Podemos entrar na pauta? Vamos... é porque como, não tem como discussão e nem segundo regimento. Então podemos entrar na pauta? 3.1 tá? Encaminhamento sobre o processo de realização de concurso público da (CES) MT, o senhor (Oscarlino Alves), conselheiro representante do (SISMA), segmento trabalhador, superintendência de gestão da pessoa senhora (Adaílsa), você vai precisar?

Oscarlino: Nós na verdade, nós já fizemos a apresentação, a nossa superintendente, ela já fez a apresentação, o contraponto, na verdade, os números estão praticamente em linha, o relatório que a nossa superintendente apresentou, são os números que o sindicato apresentou também, é uma questão de encaminhamento a gente deliberar, quando que a gente vai realizar esse concurso público, e a proposta que a gente fez um pouco diferente da proposta da gestão, é que esse concurso público aconteça j[á uma portaria para poder, deliberar, organizar o concurso público edital desatrelado nesse instante da questão do dimensionamento da força de trabalho. Nós não somos contra o dimensionamento da força de trabalho, nós somos a favor, porque dimensionamento ele é capaz de dizer quanto, e em que qualidade que a gente precisa do profissional, mas nós estamos fazendo processo seletivo, continuamos fazendo contratação temporária para algumas unidades, em função da urgência tá, mas a gente tem modalidades de concurso público que a gente pode fazer, que inclusive o governador falou que não iria fazer, mas o DETRAN já avançou, nós já temos edital de concurso público agora em 2015, nós faremos uma proposta que seja feito agora o edital do concurso público, delimitando o prazo, e que seja disparado esse

dimensionamento juntamente com edital do concurso público, e lá na frente os dois vão se afunilar, os dois vai se encontrar, o dimensionamento vai demonstrar qual é a necessidade secretaria estado de saúde, e a gente já vai estar com esse exército de reserva para poder suprir 750 trabalhadores que já estão indo para a aposentadoria agora em 2015, tá? E essa força de trabalho que precisa ser repostada dentro das organizações sociais, 2 mil e 70 e poucos trabalhadores e esse processo seletivo que aconteceu de forma temporária para a gente poder suprir essa mão de obra também. Essa é a nossa proposta, aconteça agora o concurso público no segundo semestre de 2015, que seja feita uma suplementação orçamentária lá na rubrica, lá dentro do projeto atividade da gestão de pessoas que só tem 7 mil reais previstos, a gente faz o orçamento, orça a instituição que vai realizar esse concurso público e realiza esse concurso público. Esse é um grande trunfo da secretaria de Estado de saúde, esse é um grande trunfo do governo de estado de (Mato Grosso), reaparelhar a saúde pública do estado de (Mato Grosso). E o maior fator produtivo é o fator humano, é o fator profissional.

Sueli: É a pauta. Ah, gente, eu acho assim, que nós deveríamos ter no mínimo parava um pouquinho para pensar num colega que já sentou aqui, que já foi presidente do (COSEMS), foi secretário municipal e no mínimo um minuto de silencio em nome do nosso colega (Djair). Então está...

M: (inint) [00:32:24] a moção de aplauso, acho que, acho que é só o conselho fazer o encaminhamento né? Acho que é consenso aqui, não tem nenhuma objeção nessa questão.

Sueli: ...então, eh, colocada em votação então a moção de aplausos e reconhecimento pelo trabalho do, já foi... então vamos continuar aqui no ponto 3, vai fazer, vai entrar no final, tá? Está aberta então para debate.

M: Só questão de esclarecimento, presidente, questão de esclarecimento presidente. Eu esqueci aqui, até peço perdão. Bem lembrado (Ana) a questão do (Djair). Ele foi lembrado no congresso, ele foi lembrado com muita, muita honra no congresso de trabalhadores na semana passada. Nós fizemos um minuto de silencio, mandamos uma coroa de flores em nome do sindicato de servidores públicos, fomos até lá no velório, tá? E é reconhecido, foi o meu primeiro chefe, foi o meu primeiro chefe dentro da secretaria de estado de saúde, com muito respeito a gente faz essa homenagem. E lembrar que lá também, lá no congresso faz parte de uma das diretrizes do relatório final do congresso a realização do concurso público agora em 2015, tá? Essa é uma vontade que emana da categoria dos trabalhadores também.

Sueli: Votar agora?

F: Eh, só uma coisa, a gente está na pauta 3.1 que é encaminhamento. Assim que terminar poderia entrar a pauta então, eu pedi inversão de pauta, e foi votada.

M: Inclusão de pauta, estou esperando vocês colocarem em pauta.

F: Isso. Mas já está incluso 3.8.

M: É um expediente relevante, gente. Pelo amor de deus.

F: Isso, está aqui.

Sueli: Tá. Vamos ao encaminhamento. Conselheiro (Oscarlino), é concurso público segundo semestre de 2015 e a portaria é sobre o que, o outro encaminhamento?

M: Na verdade, o critério que é estabelecido institucional, a secretária está pedindo esclarecimento, só questão de esclarecimento. Pelo que a gente entende, o instrumento institucional para poder disparar esse edital do concurso público é uma portaria com participação aí de trabalhadores, uma comissão paritária de trabalhadores e de gestão para poder elaborar o edital do concurso público e isso, e o concurso público acontecer no ano de 2015, tá? No segundo semestre. Tá.

Dauiza: Eu também. Posso, conselheiro? Boa tarde a todos. Eh, sou (Dauiza), superintendente de gestão, estou superintendente de gestão de pessoas da (SES). Com relação a concurso público a apresentação que foi feita na última reunião ordinária nós trouxemos o atual cenário, eh, econômico orçamentário financeiro da secretaria e a questão técnica com relação aos cargos, viu? Pelo que eu me lembro, eu acho que nem todos os senhores membros do conselho estavam presentes na apresentação. Mas eu quero ressaltar o seguinte, o número de cargos vagos da secretaria é muito alto, nós estamos em torno de quase 5 mil, 5 mil cargos vagos, tá? Esse é um número crescente, eh, e um número que nós não tínhamos ainda no momento da apresentação do mês passado era com relação ao resultado do balanço, eh, financeiro das despesas do Estado. E nós, eh, pudemos constatar isso, é um número publicado pela secretaria de Estado de fazenda que nós já ultrapassamos o limite da lei de responsabilidade fiscal em 0.85 centésimos, por cento, tá? Hoje o nosso limite, eh, ele já foi extrapolado, nós já passamos do prudencial a muito

tempo, tá? E hoje o limite de responsabilidade fiscal ele está, ele foi ultrapassado que é 49, hoje o nosso número é 49.85% do orçamento ele é gasto com pessoal, tá? Considerando ainda que é relevante essa informação no sentido de esse número já está ultrapassado, ou seja, quando a gente bate os 46% lá da (LRF) o poder executivo ele é obrigado a tomar medidas porque nós já estamos no limite prudencial. Algumas medidas devem ser tomadas. E foram tomadas algumas medidas e não resolveram. E nós já extrapolamos o limite. O prudencial ficou lá em 46 e o limite é 49 e nós já extrapolamos, nós estamos em 49.85. Isso significa que nós temos que tomar medidas e a informação relevante é que toda essa parte de incremento, de reposição salarial não foi considerada no ponto desse número 49.85, tá? E com relação aos cargos vagos, hoje nós temos cerca de quase 5 mil cargos vagos dentro da secretaria. E nós temos orçamentariamente falando nós já entramos com um déficit de 27 milhões para pagar a folha desse ano que nos foi disponibilizado em termos de orçamento financeiro pela (SEPLAN) e pela fazenda, com o que a gente ia gastar, já vai faltando 27 milhões. Nós também temos, eh, que cobrir uma mão-de-obra, um número em torno de 750 servidores, como o (Oscarlino) já falou, de servidores que vão entrar em vacância. A gente reza que sejam somente os aposentados, não tenha nenhum exonerado e nenhum falecido, tá? E também no sentido de, a solicitação de, a retirada das (OS) da administração dos hospitais regionais. Hoje nós temos, eh, em torno de 2035 pessoas que trabalham no regime (CLT) contratadas pela (OS). Se somar todo, eh, a questão orçamentária de custo que se houvesse ingresso de todas essas pessoas de 750 que nós temos, que estão aposentando dos 2035 da (OS) caso a (OS) saia a gente ter que substituir essa mão-de-obra e mais os 27 milhões nós batemos num déficit

orçamentário da folha de pagamento da secretaria de saúde em torno de 177 milhões/ano, tá? E quando a gente paga (OS), a gente paga (OS) como pessoa jurídica e não como pessoa física. Então essa conta, esse número que dá em torno mais ou menos de 94 milhões esses 2035 eles não entram na conta na responsabilidade da lei, do limite de responsabilidade fiscal, tá? Então assim, é importante, é relevante, além de que quando a gente faz a substituição de mão-de-obra temos que considerar um gap, um lapso de tempo para que seja feita toda essa adequação de fazer a retirada da mão-de-obra e fazer o ingresso dos...

Sueli: Pode concluir?

F: ...eh, essas eram as informações que eu tinha a passar em termos de número. Então assim, a, com relação ao concurso público uma das coisas que até foi falada no sistema, no congresso é com relação a coerência e respeitar os tempos necessários para que isso aconteça e principalmente os limites orçamentários e financeiros a que estamos submetidos.

Orlando: (Orlando), (SINTEP), segmento usuário. Com relação ao concurso público eu quero propor aqui já, apesar que esse pleno aprova resolução e não se respeita a resolução desse pleno, mas como resolução, até porque (Oscarlino) o concurso público está dentro da meta 17 no programa (MT mais 20). Isso foi estudo da secretaria de planejamento junto com a secretaria de finanças do Estado e aprovado pelo senhor governador, eh, (Sinval Barbosa) e faz parte inclusive do (PPA) de 2012, 2013, 2014 e 2015. Está garantido. E esse pleno aprovou inclusive o orçamento na lei para realização do concurso público. O que o (Oscarlino) está trazendo aqui é uma cobrança daquilo que já foi aprovado e que não se está respeitando. Então a meta 17 já estava garantido os recursos da realização desse

concurso público e que faz parte do programa (MT mais 20). E aí dizer o seguinte, senhoras e senhores conselheiras e conselheiros, é grave essa situação do Estado, como eu tinha colocado antes, e que o (Carlinhos) tem acompanhado também, o (Oscarlino) de a lei de responsabilidades fiscal, passou a ser a nossa bíblia agora. Quer dizer, a lei de responsabilidade fiscal ela ameaça prender o governador, ela ameaça cassar o governador, mas e a lei do piso, e a lei do concurso, e a lei da recomposição salarial que não se cumpre? E mais, a assembleia legislativa desse Estado não aprovou o limite prudencial. O limite prudencial é 49, não é 46. E mais, os recursos que são descontados, vou repetir aqui, do servidor do Estado da previdência ninguém sabe para onde está indo. E aí está pagando com recurso do tesouro incidindo nos 12%. Aí não dá para pagar a realização do concurso, que aliás, para concluir, dizer o seguinte, que essas 5 mil vagas além de estar escravizando os trabalhadores da saúde, está também negando o atendimento ao usuário. Então nós temos que tomar a pé dessa situação porque são 2 situações, além de estar precarizando os trabalhadores da saúde, está também precarizando o atendimento dos usuários. Então nós temos que nesse segundo quadrimestre que já começa de 2015 garantir através de resolução, porque a (LDO) que é a lei de diretriz ela garante para que na (LOA) de 2015 já no segundo quadrimestre de 2015 os recursos para que a (UFMT) que tem (Know-how) para poder realizar o concurso e consequentemente sair o edital. Ou o conselho faz esse encaminhamento ou então a gente também vai ser, eh, massa de manobra como a gente está sendo. Então acho que é esse o encaminhamento. Aí eu peço licença, presidente, e aos demais companheiros do conselho aqui, conselheiro e conselheira, eu vou ter que me retirar porque nós temos a audiência agora com o governo a questão

da educação aí, eh, da questão da recomposição salarial porque nós temos uma assembleia geral para o dia 8, uma previsão de greve. Então nós temos a audiência hoje para ver se a gente consegue amenizar a situação. Então eu vou ter que me retirar porque a assembleia está marcada para, a audiência está marcada para 15:30 e já estou em cima da hora, ok?

Edevan: Eu vou pedir uma questão de ordem. Eu acho que eu estou inscrito aí né? Nem pedi. Estão discutindo e eu não fiz a minha (inint) [00:45:33]. Eh, boa tarde a todos e a todas, (Edevan), segmento do movimento negros. Eh, a respeito do concurso público né? Eu me lembro aqui que na verdade está aprovado desde o governo (Magi) né? Eu lembro aqui que ficou para ser realizado em 2012, depois passou para 2013 e no governo (Magi) foi retirado do último concurso público para a saúde por falta de um diagnóstico de um levantamento desses servidores, onde é que está precisando de servidor, em que área e onde. Aí eu pergunto, e onde anda esses servidores. Então é preciso também antes de realizar esse concurso público, trazer também para nós esse diagnóstico né? Qual hospital que está precisando, em que área, quantos funcionários para não se repetir né? Fazer concurso público onde não está precisando e não ser chamado né? Como é de costume em muitos concursos públicos as pessoas não são chamadas. Eu sou a favor do concurso público né? Mas como são aí, eh, 140 dias do governo eu acho que dá para a gente aprovar o concurso público. Eu não sei se para agora né? Mas eu acho que é possível a gente persistir na importância que tem que se realizar esse concurso público.

F: (inint) [00:47:00]

F: Boa tarde. Bom, assim, eu fiz uma fala na última reunião né? A partir da apresentação do (Oscarlino) e da (Dauiza) né, gestora de (RH), uma preocupação minha que eu acho que também apareceu no congresso, já apareceu na conferência, já apareceu no conselho que é o modelo de gestão das unidades próprias da secretaria de saúde, porque assim, hoje o debate né? O debate nosso, eh, que deveria ser central em função do problema que aconteceu nos últimos 2 anos né? Desses anos que foi terceirizado as unidades próprias, que assim, o que, que justifica um concurso público no meu ver, é uma opinião minha né? Nesse caso, você cobrir deficiências que estão em função dos cargos que já estão definidos, que tem um perfil, que tem postos de trabalhos definidos. Então é um estudo, eh, de viabilidade, mas para mim precede, precede, isso para mim ainda não está claro, eh, em relação a situação atual qual é o modelo de gestão, eh, de incorporação de mão-de-obra, da força de trabalho, eh, em relação aos hospitais estaduais próprios, tem os hospitais que estão, que não são da secretaria, mas que foram estadualizados por força de transferir para (OS), como é o caso de alta floresta, como é o caso de (Peixoto) que está num processo mais precário do que a gente pode imaginar por questões equivocadas, por, as vezes por um determinado, eu não sei nem se o conselho aprovou essa (inint) [00:49:00], eu acho que não porque eu tenho lido todos os documentos eu não consegui achar essa resolução do conselho e me preocupa isso porque nós não podemos também estadualizar hospitais municipais. A gente, eu acho assim, eu acho que tem que rediscutir o que, que é e o que deve ser o papel do Estado na configuração da regionalização, se a conferência vai aprovar isso como diretriz para ser seguida né? Retoma os hospitais regionais? Os novos hospitais, o caso de, o caso aqui de (Várzea Grande), vizinho né? foi

cedido o hospital para a universidade, eh, é uma coisa assim, uma transferência muito irresponsável do que foi feito e de forma que eu acho que tem que ser revista, tem que ser revista a luz de uma decisão muito bem tomada, eh, o impacto que isso vai causar, o (Oscarlino) tem trazido isso do ponto de vista da secretaria voltar a assumir esses hospitais, a viabilidade disso enquanto anos que é possível fazer, porque não adianta eu falar que eu vou fazer isso hoje se eu não consigo capacidade gestora de fazer. Então minha questão é essa. Queria colocar um adendo a sua proposta de fazer uma, eh, ou a gente pauta na conferência isso e traça as diretrizes para os novos hospitais, tem 2 estadual para ser implantado, tem um hospital federal sendo construído, parado. A gente tem responsabilidade com isso, gente. A gente tem que ver isso de forma muito, muito transparente e retomar essa discussão né que saiu essa recomendação no congresso, mas o impacto disso o que, que isso, como que isso pode se viabilizar, tá?

Marcelo: Eu gostaria de um esclarecimento, a parte da secretaria. O colega falou ali em que profissionais que estariam faltando. A colega falou que sabe que vai aposentar 700 e poucos, sabe que falta 5 mil né? Mas não sabe no que?

Sueli: Olha, eu vou pedir que quando o conselheiro falar que diga o nome e de onde que é porque senão...

Marcelo: (Marcelo), representante do (CRBV), ala dos trabalhadores.

Dauiza: Com relação ao concurso público é importante ressaltar como conselheiro (Edvan) falou a questão do dimensionamento da força de trabalho. O dimensionamento ele não é só, eu descobri que vão aposentar 750 esse ano e vão, por exemplo, eu tenho que substituir 2035 seletistas

que estão na (OS). Eu preciso saber quais, qual é, eh, o perfil profissional dessas pessoas que estão saindo, tá? E o modelo de gestão que também vai ser adotado, de atenção. Porque assim, o dimensionamento que a secretaria de saúde ele tem que fazer ele não é quantitativo, ele é qualitativo. Não adianta eu chutar, por exemplo, “olha, eu vou fazer um concurso público com 50, eh, 50 cargos para cada perfil, tá? Eu vou precisar de 50 médicos psiquiatra, não sei o que, médicos de todos os perfis, enfermeiros, dentistas, médico veterinário, não sei o que, não sei o que, todos perfis que tem na lei complementar 441.” Se hoje, se eu for fazer uma análise qualitativa e quantitativa tem determinados perfis que eu não vou precisar fazer concurso. Além de que o dimensionamento ele vai abordar também a questão dos perfis necessários que não foram, eh, contemplados na lei 441. Por exemplo, eu não tenho, hoje eu tenho profissional dentro da secretaria de saúde com o perfil, eh, formado engenheiro de segurança do trabalho, médico do trabalho. Mas o perfil para que ele foi concursado não foi esse. É uma segunda especialidade desse profissional de nível superior. Então como é que eu lido com a questão de desvio de função? Eu não posso tirar um médico psiquiatra de atender aqui no (Adalto Botelho) que tenha uma especialização em saúde, segurança, em saúde do trabalhador e segurança do trabalho e botar ele lá na gerência de saúde e segurança do trabalho para trabalhar com a questão da insalubridade, mapa de risco, trabalhar toda a questão...

Sueli: 1 minuto.

Dauiza: ...entendeu? Então assim, eh, ele fez concurso para um determinado perfil e ele tem que atuar nesse perfil. Então o dimensionamento ele é fundamental porque ele é qualitativo. O

quantitativo é fácil de dimensionar, mas o qualitativo é que são elas. E a saúde tem uma diversidade imensa de perfil profissional que eles têm que trabalhar em conjunto, eles têm que trabalhar numa engrenagem perfeita. Não adianta você ter um e não ter o outro, que o serviço não sai.

Sueli: (Ana)?

Marcelo: Deixa eu só complementar, me diz uma coisa, o que, que é um prazo adequado para se fazer esse perfil qualitativo?

Sueli: Você, só um minuto, você quer falar podia inscrever para você perguntar porque tem, então, eu só queria colocar aqui que na fala da (Ana) encerra as inscrições, tá?

Ana Boabaid: É questão até de esclarecimento. No regimento interno é uma inscrição por conselheiro. É uma inscrição só. Mas deixa eu colocar eu fico muito preocupada quando eu vejo o trabalho que os trabalhadores do (RH) estão tendo, o trabalho que o (SISMA) está tendo, o trabalho que o conselho estadual está tendo e no qual não se definiu a nossa, qual que é a nossa, qual que é a política nossa. Porque esse pleno deliberou contra uma metodologia que o governo não patrolou nossas deliberações. Nós já posicionamos para o nosso presidente atual, gestor da saúde a metodologia que nós podemos ter aqui. Nós queremos uma metodologia que seja contemplada pública. Já sugerimos para tal pública fundação, consórcios e na (OS) né? E então como que nós vamos construir uma proposta de necessidade se nós ainda não definimos o nosso futuro. Então é assim, eu acho que eu, é um trabalho que está sendo, eh, em vão até porque nós temos que produzir, fazer uma resolução recomendatória, por exemplo, para realização do concurso público, mas primeiro nós temos que ver qual que é modelo de gestão que (Mato Grosso) vai seguir. E esse

pleno já definiu o modelo, nosso gestor já está ciente e nós ainda não estamos contemplados para fazer realmente, estar alicerçado essa saúde pública, para falar como nosso conselheiro que acabou de sair do (Sintep) colocou, que nós estamos precarizando o trabalhador, e negando atendimento aos nossos usuários.

Sueli: Quem está inscrito agora, é o (João Dourado).

João Dourado: Presidente eu já solicito 1 minuto além dos 3, antecipadamente, porque provavelmente deva passar os 3. Boa tarde conselheiros e conselheiras, boa tarde presidente, a vice, os presentes, (João Dourado), (CUT). Primeiro quero dizer o seguinte, toda vez que vem falar em concurso público, entra essa famigerada lei de responsabilidade fiscal. Todo mundo descumpre a constituição estadual, federal, descumpre a lei orgânica da saúde, desculpe a lei da educação, mas quando entra a questão da lei de responsabilidade fiscal, ninguém pode descumprir porque tem medo de ser preso, e isso tem que acabar. É uma falácia, falar que não quer fazer concurso público, por causa dessa famigerada lei de responsabilidade fiscal. Agora nós estamos aí num estado de transformação. O projeto 2015/2019, é o projeto, segundo o governo do estado em transformação, transformação de que? O que o modelo, a continuidade do status quo está estabelecido desta gestão. Nós já deliberamos, as conferências já deliberaram, todo processo de priorização, o estado precisa definir, qual é a competência dele, (mato Grosso) ainda continua não dizendo para a sociedade qual é a sua responsabilidade. Qual é a sua competência, é a m'pédia, alta complexidade? É uma gestão pública? Ou é um modelo de organização social. Precisa dessa clareza, o problema é que não tem vontade política

de debater com esse conselho, não tem vontade política de debater isso com poder legislativo, não tem vontade política de dizer claramente qual que é a responsabilidade desse estado. Está mais do que pacificado, que nós precisamos fazer concurso público, de 2002 para cá, a população aumentou, a demanda deste estado aumentou, muitos trabalhadores e trabalhadoras aposentaram, muitos estão afastados por doença, por assédio moral, por todo tipo de condições de trabalho. Está mais do que provado que é necessário ter concurso público, mas o estado continua não fazendo concurso público porque ele não definiu claramente qual que é a responsabilidade dele, no campo da saúde, no estado de (Mato Grosso). Se não tiver vontade política de debater isso conosco, se não tiver vontade política de debater claramente qual é a sua competência, fica difícil. Agora, para o (Oscarlino) presidente do (Cisma), nós já deliberamos aqui nesse conselho resolução de concurso público, revogação do poder de organização sociais, esse conselho já fez tudo que tinha que ser feito, preterido o tempo todo. Agora, eu acho que o (Cisma) como entidade de representação legítima da categoria, eu acho que neste momento agora, tem que ir para um outro patamar. É de entrar na justiça mesmo, pedindo para a justiça forçar o governo a fazer concurso público, pedir na justiça, mais uma vez, na questão da mudança de modelo de organização, de combate a organizações sociais, se não tiver isso, não adianta. Pasmem uma informação que eu tive, uma reunião do governo, com os secretários, foi dito, “secretário, a sua função vai ser cuidar de dengue e de hanseníase, secretário você vai cuidar da meritocracia, não sei o que, não sei o que”, o resto deixa para o núcleo que criaram lá, que é o mesmo núcleo sistêmico. Então é isso que está acontecendo. A saúde continua não sendo prioridade nesse governo, e isso é lamentável, então

agora eu acho que nós temos que ir para o enfrentamento, parabéns para o sindicato, ontem estive, apesar de não ter sido convidado, mas eu acho que como conselheiro e como central única dos trabalhadores, que representa toda a classe de trabalhadores estive lá, parabéns ao sindicato, que seja um movimento bonito, mostrou para a sociedade o que está acontecendo com a saúde, e tem que acontecer, e tem que fazer mais vezes, e não adianta, ou faremos uma greve forte, acho que agora tem que ir para a greve, para o enfrentamento mesmo, porque senão, não adianta. Mais uma vez está comprovado que não tem vontade política de o estado assumir a responsabilidade dele. Jogar para o município, é isso que está sendo feito, jogando às vezes a responsabilidade para cima dos municípios, deixando as organizações sociais fazerem o que quiser, eu acho que basta.

Sueli: O (Carlinhos).

Carlos: (Carlos) conselheiro estadual de saúde, representando o conselho regional de educação física. Eu estou achando estranho a discussão, até não quis intervir nem dar uma questão de ordem. Porque eu tenho um ponto de pauta. E eu disse, vocês disseram que nós aí, quando começou a ler o primeiro ponto, já foi para discussão. Eu acho que a mesa tem que ficar um pouquinho mais atenta. O documento de (Rosário Oeste) que está aqui merece entrar na pauta, é um conselho municipal de saúde, com uma grave denúncia tá, então eu espero que vai lá para o final da pauta, para a próxima pauta, mas eu gostaria que observasse. Bom, com relação ao concurso público, e aí me desculpem as gestões que passaram, pelo sindicato dos servidores, e pela secretaria estadual de saúde. E aí eu concordo com (João Dourado), e este conselho já discutiu, e a secretaria

não tem o perfil profissiográfico e eu falei, dos servidores da saúde. Não tem a função do médico veterinário, não tem a função do educador físico, não tem a função do enfermeiro, como deveria estar no código brasileiro de ocupações, é simples. E salve o melhor juízo presidente do (Cisma), a antiga diretoria fez um diagnóstico, de todo funcionalismo, salvo o melhor juízo né, do estado. Então a secretaria não pode alegar que não tem. Com relação à exercício fiscal, realmente a situação é gritante quer dizer, agora já vai aumentar o (PF), hoje a assembleia aprovou já o (PF) ou seja, já vai haver um aumento, então me preocupa quem entrou de férias em maio. Não é? Ou em setembro. Porque vai ser só 3.11 do seu aumento salarial e não 6.22 que é o compromisso da lei assinado pelo governador (Sinval Barbosa), esse calote o governo do estado vai dar no servidor público. Por que é a partir de outubro o outro 3.11 então quem entrou de férias o 33% dele, o aumento salarial, o 13º dele, o 10º nem tanto porque tem que pagar lá em dezembro de qualquer maneira a diferença, mas o 33% das férias já foi. Esse não volta mais. Então vejam bem esta situação. E aí nós temos que olhar de outra forma. Mas nem tudo são espinhos, não é? E a justiça, agora do (Paraná), entrou contra o governador, para ele dizer por que, que ele não está obedecendo a data base acordada do funcionalismo. Se ele tiver justificativa, plausível, fica. Se não, é fácil o sindicato montar uma ação para garantir uma data base do funcionalismo público. Então eu acho que é nesse sentido que a gente olhar. Com relação, às (OS's), essa situação, esse pleno já tem decisão, se faça concluir a lei.

Sueli: Conclui conselheiro.

Carlos: Concluindo, então, para dizer e fica aqui a minha proposta, no conselho municipal de saúde, tem que ter uma pauta, se não é hoje, tem

que ser no próximo, a denúncia é grave. É inclusão de pauta, é que eu estava esperando falar assim, inclusão de pauta, aí o pessoal falou: vai ter. Aí quando eu assustei foi para discussão, o (Ambrósio) até me chamou a atenção, “pede uma questão de ordem” eu falei, “não, vamos escutar os colegas”, obrigado. Uma extraordinária? Não, uma extraordinária não. Bom não sei, depende. Eu acho que tem mais coisas para discutir numa extraordinária.

Sueli: O (João Inácio). Não? (José Alves) então.

José Alves: (José Alves), (Crefito), segmento trabalhadores. Bom, eu acho que o que nos une aqui é muito mais do que nos separa, que é o (SUS), eu acho que a grande divergência é como fazer melhor esse (SUS), eu sou muito criterioso em contestar técnica, eu acho que a análise técnica ela é legal, imperiosa, e necessária, mas eu quero pedir licença para discordar. Dizer que eu preciso saber o modelo de gestão, já sabe. Eu não sei os perfis, preciso fazer redimensionamento, o que eu faço com desvio de função? Gente parece que a gente não tem uma secretaria inteira, para responder tudo isso aqui. Eu como conselheiro e recorrentes vezes falando desse tema, me sinto um tolo. Me sinto um tolo. Porque assim, eu vou falando as coisas para ir protelando a decisão, e aí eu falo que eu tenho empecilhos aquilo, empecilhos ali, a gente já cansou de falar disso, a gente não quer tomar uma decisão que prejudique a população, e amanhã se troca o modelo de gestão e pronto, tá posto, ninguém falou isso. A gente tem pedido aqui é posicionamento, a coragem de se posicionar. Por que, que não diz, vamos, vamos acabar com o modelo, mas para isso, eu preciso de tempo. Vou planejar essa transição. E vou fazer. Isso não tem coragem de dizer. E não vai dizer, mas recorrentes

vezes chegar aqui. E ficar dizendo que não dá por isso, não dá por aquilo, não dá por aquilo. A gente apoia e é temeroso ir contra um conselho estadual de saúde que representa a sociedade mato-grossense, e tomar uma decisão única e unilateral, que vai ter que responder por isso. As pessoas estão morrendo, vai ser difícil dormir no travesseiro. Acredito que já está muito difícil. E a gente já recorrentes vezes discutimos isso, essa pauta protela, eu acho que assim, vamos encaminhar, fazer mais uma nova resolução, aprovar de novo, e vamos, fazendo uma, duas, três, é o que nos cabe. Obrigado.

Oscarlino: Me sinto contemplado na fala dos colegas, (Oscarlino), (CISMA), segmento dos trabalhadores. Eu só me atentei nas falas aqui, da (Fátima), fala da (Adaílsa), são situações assim pontuais, que a gente pode fazer a toque de caixa, nós temos qualificação técnica para isso. Qual critério então que se estabeleceu, que dimensionamento que a capacidade, qual que é a capacidade que nós temos, que a organização social, muito melhor do que nós, que consegue dimensionar a força de trabalho dentro das unidades públicas de saúde, e dizer quantos especialistas médicos vão ser contratados no regime de pessoa jurídica, ganhando mais de 30 mil reais por mês, cada um profissional, médico, e aí esses profissionais médicos que tem dedicação exclusiva tem com o sistema público de saúde, e a gente pagando indiretamente. Nós pagamos sim, ele só não compromete o número lá, o índice, o indicador da lei de responsabilidade fiscal porque ele é contratado indiretamente. Mas é uma mão de obra, que presta serviço indiretamente, e que a gente sabe, os colegas que trabalham, a gente precisa respeitar a fala dos colegas lá que trabalham próximos. Além desses profissionais receberem um texto do valor da

nossa mão de obra, é uma mão de obra desqualificada, despreparada, e não tem a capacidade técnica que a gente tem. Então o próprio Doutor (Júlio Miller) na sua fala, lá no congresso de trabalhadores, ele disse que nós não somos contra, o posicionamento do trabalhador, que não somos contra a iniciativa privada. Nós não temos a capacidade ainda de 100% tomar conta do sistema público. Nós precisamos sim, de forma complementar, como preconiza o sistema único de saúde. Em primeiro plano, a prioridade é público, depois o filantrópico, depois o privado. Nós pegamos uma inversão da situação, nós colocamos o privado como prioritário, o filantrópico depois, e o público em último lugar. Então nós temos hoje o metropolitano um hospital louco, que depende da contratação temporária, de pessoa jurídica, que funciona muito bem no início lá quando se precisa aprovar, mas que a gente sabe que virou uma fábrica de doença lá, uma fábrica de cirurgias, onde se pagou milhões de reais lá para poder realizar essa diminuição dessa fila da vergonha, dessa demanda reprimida, que ela só aumenta a cada dia, aumenta com, colmo processo, como o sistema ele está totalmente estrangulado, a regulação não funciona, precisa que o juiz determine, e determine o que, que a gente vai fazer dentro das nossas unidades públicas de saúde. Tem situação aqui, outra justificativa, 750 trabalhadores indo para aposentadoria, 2.036, mais 1 minuto? 2.036 trabalhadores no regime cltista, sem qualificação, e pagando o regime geral da previdência social, remunerando os aposentados, do regime geral da previdência social. Nosso trabalhador com uma sobrecarga, já fizemos agora recentemente contratação temporária, para assistir a nossa assistência farmacêutica com mais de 60^º trabalhadores. Nós estamos fazendo processo seletivo para contratar mão de obra especializada para o (Hemocentro). Nós estamos

fazendo processo seletivo para contratação de mão de obra temporária para assistir o (Adauto Botelho), 5.600 cargos vagos na nossa lei de carreira, esses especialistas que estão na organização social, e os que são necessários para compor esse corpo de saúde e segurança do trabalho, é só fazer alteração da lei 441, alteração da lei, é só fazer um projeto no executivo, e mandar para o legislativo aprovar, se quiser faz em 24 horas, como muitas coisas são feitas dentro desse estado a toque de caixa. No apagar das luzes, na madrugada que a gente não fica nem sabendo.

Sueli: (Ambrósio).

Ambrósio: Eu vou ser recorrente. Dizer que essa questão do concurso público já aprovado pelo pleno em outras vezes, e não acatada pelo gestor é preocupante, preocupante para nós como conselheiros, aprovávamos dentro de uma avaliação, gostei da avaliação anterior da técnica, do setor de (RH), a apresentação do (CISMA), e a observação que o conselho tem de modelo de gestão, a questão do diagnóstico, aonde vai ser implementada, a questão da produtividade de cada servidor, nós como usuários, conselheiros usuários, temos uma observação um pouco mais distante, e temos que avaliar melhor, e às vezes não como companheiros, mas sim como servidores, nós temos nossa prerrogativa de eu fico muito preocupado com alguns setores, que no momento de avaliação dos (RAG's), da vida, esse conselho tem, é atribuição dele aprovar ou reprovar, lá eu vejo inoperâncias de alguns setores. E eu fico bastante preocupado. Estou falando como usuário, como conselheiro usuário, aquele que está um pouco distante, observando vocês. E essa é a minha preocupação. Muita gente afastada, muita gente dizendo que trabalha. Mas não trabalha né, e eu como administrador, gostaria que as coisas

caminhassem de forma mais criteriosa, e que eu pudesse ir num setor, por exemplo, no centro de reabilitação, e ele me rendesse aquilo que ele propôs. Eu gostaria de ir lá no 7 (CIOPS) e ele também me rendesse aquilo que ele me propôs. E às vezes eu vou, não identifico nem nada, sou usuário. Mas eu, causa-me incômodo, me desculpe senhores trabalhadores do (SUS) para mim causa incômodo algumas produtividades funcionando. Aí eu precisaria, para mim ter uma avaliação mais criteriosa de um diagnóstico mais criterioso, para que eu pudesse votar, independentemente de eu votar ou não, favorável ou desfavorável, a legislação é permanente.

Sueli: Conclua conselheiro.

Ambrósio: Só mais 1 minuto, a legislação é pertinente, ela tem que ser realizada, e aí o papel é do gestor de nos avaliar, dar um diagnóstico criterioso para esse pleno, para que ele possa sentir com segurança, deliberar diante de uma situação. Eu para ser franco sou favorável aquilo que a legislação assim determinou, que é a realização do concurso público. Entretanto fica a minha observação no quesito produtividade, metas assumidas, objetivos assumidos, dentro do sistema público, eu tenho essa minha preocupação.

Sueli: (Cleiciane).

Cleiciane: Já quero de antemão pedir mais 1 minuto. Conselheiro da (CUT), (João Dourado) não tem, eu vou falar que eu sou gestora pública, eu sou funcionária pública estadual, e eu sou usuário, não tem ninguém que mais deteste a lei de responsabilidade fiscal do que o gestor. Porque engessa tudo. Só que assim, a gente tem que ter clareza, fazer as colocações assim que o seguinte, as pessoas comuns, os cidadãos comuns, eles podem fazer

qualquer coisa que não está fora da lei. O gestor público, cabe fazer só o que a lei determina. Então é muito difícil. Eu falo como gestora pública municipal, eu estou com uma unidade básica de saúde para abrir, para ampliar o meu serviço, e eu não posso fazer isso porque a lei de responsabilidade fiscal não me permite. E essa lei vai levar com que eu seja processada, essa lei vai levar com que as contas do prefeito não sejam aprovadas, e que eu vou responder depois que acabar o meu mandato de secretária de saúde eu vou responder pela minha vida toda, e pagar com meu dinheiro o advogado. Então é difícil essa lei? É. Só que eu acho que tinha que mudar lá de cima para cá, porque ela nos oprime como gestores, e isso causa o que está causando aqui, então assim, à nós cabe cumprir a lei gestores, senão nós vamos responder por ela. Inclusive com multas pessoais, e essas coisas, então assim isso é o que diz a lei, a gente não pode correr disso. Quando o (CGU), ele vai nos nossos municípios, o que, que eles colocam para nós para resolver esse problema? Eles colocam que a gente contrate fundações, que a gente contrate associações, isso é o (CGU), não é outra pessoa. O (CGU) vai lá, eu preciso contratar. Contrata uma associação, contrata uma fundação que você não pode burlar a lei. Uma outra coisa, me parece um pouco neoliberalista, mas que eu estava pensando, e o companheiro estava dizendo lá, tudo que eu estava pensando. Aí nós temos, eu sou funcionária pública gente, só que vamos combinar. Eu sou gestora lá do município de (Nova Marilândia) a 300, quase 300 quilômetros daqui. Eu mando meus pacientes para cá, o camarada não avisou lá, entrou de férias, aí ele pegou uma licença, ah isso e aquilo. Eu sei que é difícil, eu sou funcionária pública, só que eu acho que o caminho que o estado está levando, que está evoluindo conosco na região, para trabalhar consórcio é muito mais

interessante do que o concurso, por que? O consórcio a gente paga um preço decente, paga por produtividade, se o camarada atendeu ele recebe, se não atendeu, ele recebe. Eu sei que é uma fala difícil, que é uma fala, eu como pessoa socialista que eu sou, mas acaba sendo uma fala neoliberalista, mas infelizmente, eu sofro lá na ponta o que o colega sofre aqui, o fato de não ter atendimento porque tem N coisas que funcionário público pode, não pode, ou não devia e acaba fazendo. E se isso aconteceu no privado, não acontece, porque o cara toma um pé na bunda. Então assim, infelizmente é isso. Agora, com relação ao que está acontecendo, o secretário está reunindo conosco, eu sou da região de (Barra do Tangará da Serra), e tem tratado conosco a questão de estar implementando o consórcio nas regiões. Que é consórcio público, que é auditado pelo (CGU), que é auditado pelo tribunal de contas do estado, que fazendo, nossa região faz muito bem o consórcio, fazendo de uma forma decente, é muito resolutivo, principalmente porque as especialidades são feitas, é, são feitas por produtividade, que gera também uma economia. Então assim, o consórcio é muito interessante para a gente. Agora findo que está implantando o consórcio lá na nossa região, eles estão, o estado está lá para fomentar o consórcio. Fazendo isso em todas as regiões, como que vai fazer concurso público agora, para as especialidades, principalmente, nem digo a atividade meio, mas a atividade fim, que as especialidades sem saber que especialidade vão estar sendo atendidas no consórcio, que é um serviço comprado. Então assim, não sou contra concurso público, sou a favor, sou funcionária pública, sou gestora, só que não dá de se pensar que dá de passar por cima da lei de responsabilidade fiscal porque passa por todas outras leis, porque infelizmente essa é a única lei que tira dinheiro do bolso do gestor.

Sueli: Por favor, conclua.

Cleiciane: Essa é a única lei que leva o gestor a ser processado o resto da vida, e as outras não levam, e tem essa questão que o estado está fomentando o consórcio, e quando fomentar esse consórcio e fizer esse concurso antes, como é que vai ficar essa outra situação?

Sueli: (Marcelo).

Marcelo: Um complemento do que a colega falou, eu sou funcionário público e sou a favor de concurso público, mas não defendo essa parte que, que o (Ambrósio) falou também, que o funcionário público possa ser relapso. E é relapso. Tenho quantos colegas que são relapsos? Mas o modelo, as gestões a municipal e estadual que não tem mão firme para tirar esse relapso de circulação, ou fazer ele se corrigir. A gente não pode abandonar o concurso porque a gente tem relapso no serviço público, a gente tem que defender o concurso, e o gestor que assumir a pasta tem que ter mão firme, e firme perante a política também dos municípios, do estado, para fazer essa pessoa se reciclar, e assumir seu compromisso de trabalhar e atender bem o (SUS), senão, não vai funcionar nunca.

M: Gente, por favor, vamos obedecer ao regimento, já tem gente com a segunda fala, senão vou me reinscrever. Vamos olhar nosso regimento.

Sueli: A gente acordou aqui, que as inscrições sem encerrariam na fala da (Ana).

M: Veja bem, não tem inscrição encerrada, pelo regimento, enquanto tiver conselheiro que quiser falar, não existe encerramos inscrição, cada um tem direito de fazer uma fala de 3 minutos. Uma fala.

Sueli: Então pode sim reinscrever, mas aí tem 2 encaminhamentos aqui, mas tem esclarecimento que...

F: (inint) [01:22:56] em relação ao regimento se pode pedir esclarecimento na fala da conselheira. Sim? Então, a minha dificuldade de entender o que, que você está propondo. Você está propondo um a substituição da gestão das unidades pelo consórcio, ou isso de forma complementar? Eu acho que são duas coisas diferentes, eu não consegui entender a sua proposta, e para mim ela é muito importante, que eu acho que a pauta aqui ela é uma pauta importante, e a gente precisa entender exatamente o que, que está se propondo né?

Cleiciane: (Cleiciane) (COSEMS), não, eu não propus, eu pontuei só, só pontuei.

Sueli: Então esclarecido? Vamos então para a votação? Vai ler. Pode. Então o encaminhamento é...

M: O (Jessé) pediu a fala hein? Fazendo a defesa do companheiro.

Jessé: Obrigado, se tem que cumprir regimento, eu quero ter os meus 3 minutos, que eu ouvi todo mundo falar.

Sueli: Não, mas então pode falar, vamos garantir a fala de todos, principalmente quem não falou.

Jessé: Eu não quero ser redundante com os colegas, mas eu penso que como profissional, engenheiro sanitaria, naquilo que foi pontuado pelo sindicato, não sei se chegou ao ponto de ser analisado também as pessoas que estavam exercendo atividades com desvio de função, desvios de formação, ou leigos, porque também eu vejo, tenho colegas da minha associação inclusive presidente, que nós deveríamos ter feito uma reunião

e não fizemos, que existem pessoas leigas fazendo atividades de profissionais, no sistema da saúde. Em específico vigilância sanitária né? E isso é grave. Meus colegas pontuaram, e isso é grave, não sei se o sindicato tem conhecimento disso, não é? Porque não falam nem dos profissionais de nível superior do conjunto, entre médico, enfermeiro, que isso é da estrutura. Mas eu falo os sanitaristas, pessoal da engenharia que também são do quadro técnico, e nos municípios não falo nem do secretário municipal de saúde. Que é indicação política. Mas no quadro técnico não existem profissionais da engenharia sanitária dos municípios. Não existe. E é um profissional que tem atividade e atribuição para exercer na área da saúde. Obrigado.

M: Presidente eu não...

Sueli: então...

M: ...presidente, eu havia aberto mão da minha fala, porque não quero ser redundante e apenas repetir o que já foi dito, mas em vista de que há uma discussão, eu queria me posicionar, eu acho que tem que acabar com essa história de que o funcionário público pode fazer aquilo que ele bem entende, e o privado tem chute na bunda quando ele pisa na bola. Se isso acontece, é porque nós não temos também o controle que nós temos que fazer. Tem que ter muitos exemplos concretos em que funciona muito bem o funcionário público que faz bem o seu papel, e tem que ser louvado isso, tem que ser dito para que não se tenha essa má impressão que se tornou o meio popular isso né? E quem pode mudar isso somos nós, fazendo o controle social. Então eu penso que as propostas que foram, estão sendo reencaminhadas são, a gestão tem que se posicionar em relação à possibilidade de consórcio intermunicipal, como já foi colocado,

mas o concurso público ele é necessário. Então se não há, nós não podemos consagrar uma situação de que bom, a lei de responsabilidade fiscal não permite, e então, vamos continuar precarizando a saúde. Nós não podemos ser coniventes com isso. Então eu sou favorável de que se encaminhe a proposta (CISMA) de fazer essa previsão de concurso público para o segundo semestre.

Sueli: Pronto? Podemos então ir para as resoluções aqui, os encaminhamentos? Sim?

João Dourado: Eu só queria fazer um destaque até para ajudar no encaminhamento, a proposta, nós fizemos, obviamente dentro da necessidade de um concurso público, nós puxamos a responsabilidade de ver o modelo de gestão que esse estado de fato quer, então nós precisamos separar uma coisa, porque nós temos uma demanda recorrente, nós temos aí deliberações, e recentemente o congresso dos trabalhadores da saúde também apontou para isso, então aqui nesse momento eu acho que nós temos que separar, primeiro o encaminhamento é reafirmar a necessidade do concurso público, conforme todos esses encaminhamentos já foram feitos. Segundo, mais uma vez chamar a atenção da gestão, para que a gestão discuta, e nós estamos abertos para isso, discutir qual de fato é esse modelo que o estado quer, qual é a sua responsabilidade que ele tem que ter e que ele quer para a saúde do estado entendeu? Então eu acho que nós podemos, aí sim, quando for discutir o modelo de gestão que nós queremos para esse estado, aí sim podemos aprofundar, o modelo transitório, o modelo que possa chegar no que nós queremos que está na constituição que é o público, filantrópico, e depois o complementar tá?

Sueli: Então, nós temos aqui para encaminhamento né, para a criação de uma portaria do concurso público, para o segundo semestre.

João Dourado: Eu só queria uma, só para ajudar, eu acho que o conselho aqui, ele tem uma, eu acho que é uma resolução recomendativa, recomendativa né? Que é uma resolução recomendando ao governo que faça o concurso público, que na realidade nós, nesse caso, nós não podemos impor, deliberar, mas é recomendar, diante do que a conferência já apontou, diante do que o congresso dos trabalhadores apontou, e o conselho recomenda que o estado faça o concurso público tá?

M: É, eu acho que é isso que o (João Dourado) disse, o que já foi aprovado na conferência aqui por esse conselho, eu, por exemplo, tenho dúvida, (inint) [01:30:25] que é o segundo semestre. Então não dá tempo... é na verdade, (inint) [01:30:33] a gente aprovar uma coisa que nós sabemos que não vai ser cumprido. Segundo semestre tá aí. Mas eu acho que o concurso público já foi aprovado na...

M: (inint) [01:30:41].

Sueli: gente...

M: não, mas é verdadeiro, não adianta fazer uma coisa que não vai ser cumprido.

Sueli: ...vamos ater aqui, aí depois a, como vai aprovar aqui essa resolução recomendativa né, é para a criação de uma portaria de concurso público para segundo semestre, com a participação dos trabalhadores e gestão na organização em todo processo descentralizado da... desatrelado, ah, desatrelado do dimensionamento de força do trabalho. E concurso de

modalidade de cadastro e reserva. Do Conselheiro (Oscarlino) essa proposta.

Oscarlino: Na verdade a leitura é o seguinte, só para contribuir. É uma resolução recomendatória, o instrumento que é utilizado institucional, o secretário é que tem poder, o governo que tem poder, na verdade uma portaria, criando um grupo paritário, para se formular o edital do concurso público tá, e a realização, ele na verdade, então fazendo uma proposta um pouco diferenciada, que é estar primeiro, a condição (inint) [01:32:11] que se faça o dimensionamento da força de trabalho, situação que a gente hoje, a olho nu a gente vê que não é necessário. Ok dimensionamento sim a gente vê que é necessário para se fazer a qualificação da mão de obra, mas nós temos postos de trabalho, mais de 2 mil, postos de trabalho ocupados hoje, dentro das organizações sociais, e as pessoas jurídicas, que são contratadas nesse regime de pessoas jurídicas, que inclusive estão fazendo o estado de refém. Eu quero que se atrase uma mão de obra dessas, e uma mão de obra dessas ela diz que ela não vai trabalhar, que ela vai fazer greve lá dentro, dá um reflexo na organização social, dá um reflexo no governo, como aconteceu no dia 2 agora de maio, que o secretário teve que sair cedo de avião, e nós saímos na madrugada de carro, para ir poder intermediar a situação lá, com a organização social (São Camilo) em (Rondonópolis). Encaminhamento o (João Dourado) já fez de forma resumida, é criar uma resolução ratificar a resolução recomendativa coisa que já foi feita no passado, dizendo que tem que ser realizado esse concurso público agora no segundo semestre, inclusive como está planejado no (PTA) da secretaria de estado e de saúde.

Sueli: Já está né, então, a segunda, eu vou ler todas, ela está propondo aqui a gente votar de uma em uma. Votar essa recomendação como foi colocado as, complementando aqui. Então em regime de votação. Que é a favor, dessa resolução recomendativa né, que permaneça como está. Quem é contra? Quem se abstém? Então aprovado por unanimidade. Agora vamos à segunda está? A segunda resolução recomendativa, que seja viabilizado o complemento de recurso para o concurso através da (LDO), para garantir na (LDO) do segundo quadrimestre de 2015, com a indicação da (UFMT), essa é a proposta do conselheiro (Orlando), para viabilizar o concurso.

Joao Dourado: (João Dourado) (CUT), eu acho que é importante trabalhar melhor essa proposta, para não incorrer depois, da gestão questionar porque (LDO), o que nós temos que fazer é o seguinte, o conselho pode deliberar o remanejamento ou recomendar o remanejamento para a gestão? Então o conselho recomenda remanejamento de recursos para realização do concurso público. Porque o remanejamento na realidade, quando a gestão faz, ela faz para a assembleia, mas primeiro tem que fazer aqui para o conselho, porque o conselho tem que autorizar o remanejamento. Então nós já estamos recomendando que a gestão faça o remanejamento. O que, que tem acontecido nos outros anos? O governo faz o remanejamento, o conselho nem sabe para onde que vai o dinheiro, porque tem entrada de recursos a mais, aí ele joga para as emendas parlamentares, ele joga para outras áreas, e o conselho (Zé Fini), então eu acho que nós já estamos antecipando isso para o secretário e para o governo que nós recomendamos aqui o remanejamento de recurso para essa finalidade. Aí ele já fica já com a autorização desse conselho, ahn?

Não sei, eu acho que nós recomendamos, a hora que ele efetivar, nós aprovamos. Porque nós também temos que saber qual é o recurso, qual é a quantidade né? Então nós estamos aqui recomendando que ele faça o remanejamento desses recursos para efetivação disso. Especificamente para isso, porque os demais nós temos que discutir e analisar né? Então eu acho que é isso, se a gente for fazer isso é numa forma de recomendação de remanejamento com a finalidade de realização do concurso público tá?

M: Senhora presidente, eu só queria lembrar a mesa que o (Crefito) propôs e foi aprovado por esse pleno, uma resolução garantindo nesses concursos públicos do estado o mínimo de questões sobre o (SUS), porque a lógica dos concursos públicos hoje é para atender o sistema privado, tanto da formação quanto das questões de seleção, então esse pleno aprovou que garanta pelo menos 50% das questões relativas ao sistema único de saúde.

Sueli: Você está propondo incluir aqui nessa proposta?

M: Não, não, só quero lembrar (inint) [01:37:33].

Edvander: (Edvander), (inint) [01:37:35] o colega (Orlando), colega da comissão de orçamento fez essa colocação, mas eu não vejo a necessidade de fazer essa resolução. Até porque no orçamento, no (PTA) das secretarias, ficou já colocado esses 7 mil.

Ambrósio: Conselheiro (Ambrósio), questão de ordem.

Edvander: ...já ficou colocado esses 7 mil, para que pudesse ficar em aberto essa atividade. Então já existem os 7 mil, se já foi aprovado a realização do concurso público é lógico que vai se providenciar o recurso

desde que a atividade está aprovada. A atividade lá está aprovada. Se não tivessem as atividades aprovadas com os 7 mil para garantir que a dotação aí não teria como realizar, mas está segurado gente, é perca de tempo. Precisa não.

Ambrósio: Senhora presidente, questão de ordem. Conselheiro (Ambrósio). Nós estamos num regime de votação, a senhora abriu aí para melhorar aí a proposta, entretanto além de melhora está havendo defesa. Não é mais o momento. Já se passou esse momento. Eu gostaria que a mesa conduzisse o processo. E mais uma observação, que a gente pudesse delimitar o tempo senão nós vamos estar trazendo os conselheiros para cá e não conseguimos avançar nem 2, nem 3 pautas no período de até as 18 horas. Obrigado.

João Dourado: Presidente, só questão de ordem, só questão de ordem presidente. (João Dourado) (CUT). Na realidade, na realidade questão consensual que faríamos a votação por item. Portanto, o primeiro tema já foi superado, já foi definido, agora estamos discutindo outro, o segundo encaminhamento que nós temos destaque, entendeu? Então eu acho que a proposta ou o esclarecimento do conselheiro (Edvander) eu acho que talvez não há necessidade nem de nós aprovarmos essa resolução. Então no ponto, no meu ponto de vista ela está prejudicada né? De ir para votação esse segundo encaminhamento, entendeu? No meu ponto de vista eu acho que o conselheiro está correto.

Sueli: Então, eh, o conselheiro (Ambrósio), o presidente aqui pediu para que o senhor repetisse a sua, o finalzinho da sua fala que não entendemos aqui.

Ambrósio: Para que a mesa pudesse redimensionar o tempo por cada questão em função, se não nós não vamos conseguir avançar na pauta, nós vamos estar trazendo os conselheiros para aqui mas andando 2 ou 3 pautas. E nós programamos 6 pautas, não conseguimos fazer 50%. Só questão de deliberar, delimitar o tempo.

Sueli: Tá. Está ok. Compreendi. Então, eh, mas como ela está aqui para ser votada a gente retira ou a gente encaminha a votação?

F: Já está contemplada.

M: Eu, eu sou pela retirada do item 2.

Sueli: Então tá. Quem é a favor de que retire, eh, essa proposta porque ela já está contemplada, que levante a mão. Tá. Quem é contra? Quem se abstém? Então está aprovada a retirada, tá? Aí tem um terceiro aqui que é a inclusão de pauta de (Rosário Oeste). Se a gente incluir agora ou para uma próxima né? Quem é a favor que essa pauta seja incluída nesta, na reunião de hoje, por favor, levante a mão. Eh, eles mandaram aqui olha uma moção de repudio e aí o conselheiro (Carlinhos) propôs e vários outros também, a (Ana), que se, que isso aqui não fosse só, eh, no conselho, no assunto relevante, que fosse um assunto de pauta porque merece discutir porque tem denúncias graves aqui. Então quem é a favor que, eh, para incluir, quem é a favor que seja incluído esse ponto de pauta hoje, que levante a mão. Quem é contra? Quem é contra, é, 1 pessoa contra a inclusão desse ponto de pauta. Então ficou incluso no ponto, no 4.1. Vamos para frente então. Aí esse daqui acho que é para reafirmar a necessidade do concurso público, eh, com, e modelo de gestão. Isso aí acho que já foi reafirmado. Então acho que não...

M: Presidente, só uma questão de ordem, queria registrar a presença do professor (Júlio Cesar) vice-presidente do conselho municipal de saúde de (Cuiabá).

Sueli: ...seja bem-vindo. Então, eh, passamos para o segundo ponto. Vou passar agora para o presidente para que ele...

Marcos Aurélio Bertúlio Neves: Obrigado (Sueli). Boa tarde senhores, eh, senhoras. É o item 3.2. Apresentação, discussão e deliberação sobre a situação atual da regulação, controle, avaliação e judicialização. Eh, eu vou consultar o pleno para fugir do protocolo do regimento que tem muitos pontos aqui que estão a pendentes já, se não me engano, desde a segunda reunião ordinária nossa desse ano. Que a gente não consegue ter a disciplina de discutir com tempo definido e vai postergando. Nós estamos já neste, nesta data exatamente esgotando a reunião referente ao primeiro meio ano e não discutimos pontos apresentados na primeira reunião. E como tem sido apresentado algumas demandas e está colocando aqui o Estado precisa se posicionar, o Estado, vou fazer questão de ler aqui as falas do conselheiro (João Dourado), não tem vontade política de fazer esse discurso, é, ponto e vírgula. “Convido a todos os conselheiros para estarem presentes nas próximas reuniões extraordinárias para conversamos de forma informal, sem preocupação de regimento para querer saber tudo que está acontecendo, que isso já aconteceu numa reunião, foi muito proveitosa. Infelizmente muitos conselheiros que estão falando aqui o fazem por falta de informação e para função de conselheiro não poderiam cometer esse pecado. Então diante disso eu quero propor uma reunião extraordinária para sexta-feira que vem onde a gente, o Estado de (Mato Grosso) ia apresentar aqui a

situação que foi encontrada e as alternativas que estão se apresentando para que esse conselho construa junto a decisão de política de saúde. Eu quero discutir com os senhores a política de saúde né? Então ela vai influenciar sim na regulação, vai influenciar em concurso público, vai influenciar se vai ter (OS), se vai ter consórcio. Nós precisamos abrir essa conversa. E vou esgotar essa pauta aqui, senhores, nós vamos ter essa conversa antes de novembro, porque infelizmente nós, este pleno não tivemos ainda disciplina de poder ser cartesianos no sentido benéfico de ponto resolução, encaminhamento né? Eu não gostaria de cada fala aqui ter que ficar defendendo, eh, ficar botando os esclarecimentos por falas, eh, equivocadas né? Enviesadas, politizadas. Eu quero discutir aqui política de saúde, que a população precisa. E esse debate nós vamos fazer tranquilamente em reunião do pleno, reunião ordinária. E como isso é premente, então eu estou propondo essa reunião extraordinária com esta pauta para que a gente tome pé da situação do setor saúde, dos encaminhamentos que já foram dados e do que nós precisamos fazer e construir com este conselho em encaminhamentos futuros. Que este pleno se responsabilize junto com as decisões que vão ser implementadas né? Respeitando a autonomia da gestão que não precisa passar por esse pleno muitas coisas né? E aí vou mais longe, vou fazer o convite para que pelo menos 2 conselheiros por dia, por semana acompanhem a agenda da secretaria diariamente para poder vivenciar a realidade quando a secretária coloca dificuldades de gestão, quando dói o coração falar como sanitarista, que tem que admitir que nós temos um problema importante de fazer alguns serviços funcionar com servidor público. Nós temos muitas dificuldades que elas só são sentidas para quem está ali no dia-a-dia. Quando foi falado aqui que nós precisamos fazer contrato emergencial

para poder rodar a atenção farmacêutica né? Precisa ser dito que nós não conseguimos resgatar os nossos colegas para poder assumir a gestão desse serviço. Então vamos dizer todas as verdades sem nenhuma restrição. Vocês não têm aqui hoje um ente político, vocês têm um colega de trabalho que tem a responsabilidade da gestão de saúde pública de (Mato Grosso). Eu gostaria que vocês tratassem a gestão da saúde (Mato Grosso) da maneira como nós estamos enfrentando né? Sem nenhuma perspectiva de pisar no pescoço de alguém para poder caminhar, fazer graça, sabe? Me preocupa algumas falas que eu ouço porque esse conselho ele se manifestou, mas nunca chegou ao ponto nesses anos todos de fazer manifestações contundentes como foram feitas agora nos últimos tempos né? E para quem está na gestão falar que 5 meses é muito tempo, é, mas 5 meses é muito menos tempo do que 12 anos. E isso nós queremos discutir, construir com os senhores. Queremos construir juntos. Então uma reunião ordinária não será suficiente, tá? Mas eu acho que tem que começar com esta pauta para que a gente vá discutir, modelo de gestão frente hospital que notificou o Estado para entregar o serviço. Como que a gente diga para população não deixe de ser atendida? Como que a gente faz a gestão pública do serviço de saúde hoje com a responsabilidade que só quem está na gestão sabe o que significa e conta determinação legal? Esse pleno sabe muito bem a sua responsabilidade que pediu para sair da comissão que fazia a homologação das prestações de conta da (OS). Sabe que nós seremos arrolados judicialmente depois. Então, por favor, não peçam nada para a gestão que vocês não teriam coragem também de assumir o ônus junto disso né? E aí tem uma distância muito grande, tem um fosso, tem um buraco negro imenso entre a teoria e a prática né? Não tem nada para esconder. Vocês podem fazer

escala, 2 gestores, 2 conselheiros por semana, por dia, começar das 6 da manhã e terminar com o secretário meia-noite para poder ver a dinâmica, vivenciar para a gente poder discutir isso, porque algumas coisas não vão permitir o tempo nosso aqui de conselho. Essa é a minha angustia como gestor que estou vendo os prefeitos à míngua pedindo ajuda porque a gestão do Estado de (Mato Grosso) fez isso com os municípios né? Foi feito isso, não foi em pouco tempo não. Então, eu acho que essa decisão, essa conversa franca e aberta entre aqui nós, que nós queremos as mesmas coisas, é fundamental porque aí ela muda decisão de concurso, recomendar, recomendou, tá. Agora é possível fazer? Vou falar assim, por questão legal não pode fazer. Pronto. Ficou uma recomendação em vão. Então vamos fazer assim, o que, que é possível, quero que vocês digam assim o que é possível fazer. Tem a situação encontrada, tem a desejada. Agora, o que é possível. Então é possível nós aprovarmos a deliberação como conselheiros que ela colocou, fora (OS) já? Qual que é a solução? Vamos dizer, qual que é? Como que a gente faz essa gestão pelo poder público? Por exemplo, hospital regional de (Sorriso) notificou no dia 8 de maio né? Denunciando o contrato alegando pendências no estado financeiro dizendo que vai entregar o serviço. E aí, vamos discutir isso? Como que é possível garantir população não fique sem atendimento né? Se vocês permitirem, nós podemos começar essa conversa já. Eu quero só que este pleno decida isso porque minha angustia vir em 1, 2, 3 reuniões e a pauta estar aqui que não avançar né? Então eu estou sentido essa necessidade seguinte assim, nós não vamos chegar num consenso, mas nós temos a habilidade de conversar e sanar. Esse é o momento de divergência. Graças a deus há de ter divergência. Mas vamos, como diz assim, o conselho estadual a par da situação que está sendo vivenciada, os

pontos são possíveis, deliberou por tal encaminhamento. Vocês valorizam, valoram a gestão da secretaria de saúde, porque aí quando a gente for apanhar não vai apanhar só de falar que o secretário de saúde tomou a decisão né? E quando vier aqui eu não vou apanhar aqui, poder falar assim, tomou a decisão sem falar com a gente, porque saiu no jornal ontem falando que (Mato Grosso) vai ajudar com 500 mil (UPA) de (Várzea Grande), que (Cuiabá) vai ajudar com 2 milhões, não sei o que. Pessoal, não teve decisão nenhuma disso. Mas então, não está informado. Então o tempo das reuniões não permite. Então por isso que eu falei essa reunião informal para que a gente possa conversar sem preocupar com regimento, que eu estou falando já a 10 minutos, extrapolei o regimento, para vocês perguntarem e saberem tudo que precisa saber para tomar decisão, o fundamental nosso aqui, acesso a informação. E muitas delas hoje ainda não existem porque foram desmanteladas. E aí o pouco que tem que vai socializar. Então eu estou fazendo uma ruptura drástica aqui no encaminhamento assim ó, 2 proposições para esse pleno. Aprovando uma ordinária com essa pauta para sexta-feira que vem, tendo a premência do assunto. Dia 12, dia 12. Ou, se vocês assim o permitirem, furar todas as regras regimentais e começarmos a discutir isso agora, porque isso está discutindo regulação, isso vai discutir em concurso público, só que ele não está desconexo, ele está dentro de uma lógica do sistema. Precisamos, queremos explicar qual que é a lógica da organização, por que, que está revogando a lei 9870 sem consultar esse pleno, mas assumindo que nós vamos passar a devolver dinheiro para atenção básica do município, por que, que a gente vai em audiência pública lá em (Barra do Bugre) e lá o prefeito pede pelo amor de deus se não ajudar ele vai fechar e as pessoas vão morrer, e aí o Estado não vai poder ficar omissos, não vai poder

esperar o pleno para poder discutir quem vai fazer isso. Prefeito de (Barra do Garças) hoje veio falar assim “olha, se não me ajudar eu vou fechar o hospital semana que vem.” A audiência sexta-feira em (Tangará da Serra), queremos hospital regional aqui. Como que o Estado vai fazer isso né? Nós vamos ter que pensar uma dinâmica diferente da que a gente vem vivenciando para que o conselho esteja a par acompanhando, se for o caso de estar mudando dinâmica, de estar representantes dos conselheiros aqui deliberados entre esse pleno para poder estar junto e para poder trazer informação atualizada para que a gente possa dar essa resposta e para vocês não entenderem em momento nenhum que a gestão está negando informação ou tomando decisão desrespeitando esse pleno. Eu não seria ingênuo, irresponsável, poderia usar muitos adjetivos como servidor de carreira e cometer esse deslize com o conselho, porque eu entendo que o que nos une aqui, o que faz a gente largar dos nossos compromissos, né conselheiro, eu saí lá da, compromisso seu com doutor para estar aqui, é uma coisa muito maior do que ficar divergências pequenas. A população não pode mais padecer por descompasso nosso de encaminhamento, tá? Então por isso que eu tomo a liberdade de fugir ao regimento e trazer isso para discussão que eu acho que isso aqui é norteador. Eu gostaria de discutir sim, olha, o hospital metropolitano que nós já temos ação judicial contra, que está usando o (CNI) por causa de (UIPAS), como que a gente consegue tocar esse serviço sem (CNPJ)? Eu quero saber se nós conseguimos optar, a palavra minha, optar nossos trabalhadores para assumir a gestão dos serviços, fazer a gestão própria, que nós não conseguimos na assistência farmacêutica. E aí se isso não é possível, qual que é o caminho que a gestão pode seguir? Como que a gente vai fazer quando não deu certo a conversa com o consórcio

intermunicipal lá em (Colideri) e (Alta Floresta). Como que a gente vai fazer enquanto gestão quando decidiu no dia 16 de novembro estadualizar, a princípio que esse pleno não aprovou o hospital de (Peixoto), mas o mais importante, o governo federal não repassa o dinheiro mais para o município. População lá não quer nem saber, está precisando de atendimento. Eu assumi o ônus como gestor de fazer portaria, repassando para garantir que o hospital não feche. Quero discutir isso com os senhores né? Vamos divergir, mas vamos ver o que, que é possível fazer. Que falar assim, vamos tirar (OS), está bom. Como que você garante atendimento amanhã lá no hospital de (Rondonópolis), de (Cárceres)? E vou dar uma notícia para vocês, tive reunião hoje com o pessoal de (Sorriso) diante dessa notificação, isso é de emocionar, porque eu estou falando para vocês que é a primeira vez que eu vivenciei isso no tempo de secretaria de saúde, não o tempo de gestor. Os servidores lá falaram, “nós queremos ser os interventores, nós queremos compor o grupo para poder organizar esse serviço.” Pronto, deu alternativa. Vamos pensar nisso, como que faz isso né? Dei 2 encaminhamentos então.

Sueli: Vai deliberar?

Marcos Aurélio Bertúlio Neves: Eu estou consultando ao pleno porque eu fugi às regras do regimento né?

M: Eu gostaria de, já que o nosso secretário presidente da mesa, houve uma concessão do tempo, eu também gostaria de pelo menos 1 minuto para fazer uma réplica à fala do nosso secretário, se é permitido. Gostaria até, de forma respeitosa, justificar a situação que a gente se deparou ontem. Em momento algum a gente falou, quando a gente foi para as ruas, a gente falou mal do nosso gestor porque é dar um tiro no pé, você é

funcionário de carreira, nosso colega. Não falamos mal do governador, falamos até, ratificamos a confiança no governador e na honestidade que o governador tem e o compromisso que tem de extirpar o maior vírus que tem que é a corrupção dentro da máquina pública, principalmente. Agora que é inconcebível a gente, inaceitável, o nosso trabalhador está dentro das instalações totalmente precarizada, com laje ameaçando de cair na cabeça do trabalhador, com situações insalubres de trabalho, precariedade total, tá? Trabalhador adoecido pela impossibilidade por, com falta de insumo para poder trabalhar. Eh, sem medicamento para poder dispensar. Já justificando a situação inclusive que foi abordada pelo doutor (Júlio Muller) lá que é bem apropriado se falar, eh, da sua especialidade na área de psiquiatria. Ele conhece muito bem a realidade, foi instaurado medo diante do trabalhador. O trabalhador está com medo de assumir responsabilidade. Eu trabalhava no setor de capa vermelha juntamente com a supervisão médica, não botava minha assinatura em nada e não vou colocar, enquanto eu não tiver uma perspectiva boa na gestão, comprometimento que mostre um caminho para a gente eu não vou colocar minha assinatura em nada, e não coloquei. Agora eu estou colocando a minha no sindicato porque eu estou a favor e defendendo o trabalhador. Agora o que é inconcebível que a gente precisa também é ter uma transparência. Esses números que são apresentados, são os números que são apresentados pelo governo atual. Eu como trabalhador, com um pouquinho de conhecimento que a gente na área contábil, financeira, nós questionamos os atuais números que são apresentados pelo governo do estado de (Mato Grosso), nós fechamos o dia 31 de dezembro de 2014, abaixo do limite predencial, da lei de responsabilidade fiscal, com gasto de pessoal, abaixo de 46,5%. Como é que em maio se justifica a gente estar

com 49.85%, se a gente não teve praticamente nenhum incremento? E aí a gente percebe o (DETRAN) colocando os funcionários na rua, fazendo greve, e logo em seguida é feito um edital do concurso público, para suprir técnico burocrático que cuida de emissão do papel e arrecadação de dinheiro. Quer dizer, parece que os funcionários do (DETRAN) são mais importantes do que os trabalhadores da saúde pública que salvam e curam doenças. O 3º concurso em 12 anos, e nós 13 anos sem concurso público, o maior fator produtivo. Nós não estamos dizendo, a proposta não é que não seja realizado um concurso público para abarrotar a secretaria de estado de saúde, no ano de 2015, nós queremos um cadastro de reserva que é estratégico para o governo, é estratégico. Nós temos sim, a maioria, 90% do perfil profissional que a gente precisa suprir com a mão de obra, a gente temo. Esse é um cadastro da reserva que vai ficar como o exército da reserva, vai ficar como uma carta na manga. Se decidir que o (Metropolitano) vai ser 100% estadual, a gente já tem um concurso público para poder suprir essa mão de obra, sem medo, sem medo de ser feliz. A gente não está com responsabilidade, oh, vamos abarrotar a secretaria de estado de saúde com os 2 mil e poucos trabalhadores que ocupam os nossos postos lá com a organização social, e ter um avanço na folha de pagamento de 170 milhões. Não é essa proposta, se tem concurso público, olha as contradições, se tem concurso para o (Detran), ele não estava previsto, ele não estava previsto, então não estava ferindo a lei de responsabilidade fiscal. Se tem um número assinado pelo contador geral do estado de (Mato Grosso) em 31 de dezembro, que inclusive equivocadamente o deputado (Wilson Santos), na hora que a gente estava negociando a reposição salarial, ele diz, “não, esse não é o contador do (Pedro), esse é o contador do (Sinval) ”, ele

estava mal informado. O contador é de carreira, subsecretário, é secretário adjunto lá da (CEFAZ), ele que assinou e apresentou resultado do primeiro quadrimestre. O plano de metas lá do primeiro quadrimestre, do terceiro quadrimestre. Então o avanço que a gente teve no percentual de 46,5 para 49.85 é um número projetado. E a gente já viu que teve super avit na receita, na arrecadação agora no primeiro quadrimestre, e que esses recursos a gente está sempre baseado pelo mínimo, 12%, com judicialização onerando a base, com (OS) onerando a base, e a gente está sempre nos 12%, nós queremos autonomia para o senhor, nós queremos força para o senhor, o trabalhador é seu parceiro, é seu colega de carreira e nós estamos junto com você. Agora o que a gente precisa é também, junto com o trabalhador tomar algumas resoluções que vão fazer esse ciclo renovatório, porque nós vamos virar um tumor na previdência do estado. Vamos mandar todo mundo para aposentadoria, sem repor esse fator produtivo, e daqui a pouco nós vamos ficar 6 mil trabalhadores usufruindo do fundo previdenciário, que vai virar um problema, inclusive, para as finanças do estado.

Sueli: Olha, eh só... eu queria fazer um encaminhamento né, a gente está falando de respeito ao regimento e tal, aí quando pedi para concluir, ele falou 6, quase 7 minutos né, então são 3 minutos, ele pediu mais 1, então assim, isso é regimental e é para o andamento também dos trabalhos, então que a gente pudesse se atentar a isso. Porque fica chato ficar pedindo, cortando, tá? Obrigado.

M: É dentro do encaminhamento do secretário, eu acho que é debater o encaminhamento do secretário não é isso?

Marcos Aurélio Bertúlio Neves: Tem (João Dourado) e depois (Ana Boabaid) inscrito

João Dourado: (João Dourado), (CUT), primeiro é bem rapidinho. Nós, esse conselho vem denunciando isso aí há mais de 12 anos, denunciando, carregando caixão dentro das conferências, deliberamos, fizemos tudo entendeu? E vamos continuar fazendo isso. Então, as falas aqui, no meu ponto de vista são tudo falas apontando o problema. Agora, tudo bem, se quer fazer um debate sério da situação da saúde, inclusive os 100 dias, eu acho que fazer um relatório do que foi feito, porque foi pedido, governo pediu 100 dias para fazer um levantamento, venha, traga 100 dias para debater. Quer discutir seriamente a proposta de um novo modelo de saúde para o estado? Eu acho que nós temos que dar esse crédito se tiver mesmo. Agora a pergunta é, o governo do estado quer? Secretário com certeza tem boa vontade, é do (SUS), o governo do estado, quer debater isso conosco? Quer estar na sexta feira lá nos ouvindo e debatendo conosco? Eu concordo, aí sim. Agora, os sinais que esse governo aponta são sinais um pouco, que não está condizendo com o que o secretário diz. Primeiro, na sexta feira, ele fechou todo centro administrativo com a maior segurança que o estado teve hoje, para não deixar, que o estado tem, para nos deixar, chegar próximo do palácio, até lá na assembleia legislativa tinha polícia, para não nos deixar nem próximo, acho que nenhum governo do estado aconteceu isso. Fechou, tudo bem que tinha governadores lá reunidos lá, mas fez um sistema de segurança nunca mais visto nesse estado, então eu acho o seguinte, se quer seriedade, debater isso conosco, nós estamos aptos, estamos dispostos a debater isso, eu acho que as pautas que tem aqui, talvez com exceção do 3.7 e o 3.8, eu

acho que isso são demandas que vem da gestão e esclarecimento. Se for para a gente aprofundar, não pauta por pauta, mas a situação atual, e o que nós podemos discutir para avançar, tudo bem, eu concordo numa extraordinária, oxalá que se fosse o dia inteiro, porque uma parte da tarde não resolveria, eu defenderia que fosse o dia inteiro, para debater isso. Primeiro, apresentar os 100 dias, o que o estado levantou, o que nós podemos propor para avançar. Aí eu concordo. Mas eu acho que tem que haver seriedade e vontade política para discutir conosco. Porque nós estamos sendo enrolados há mais de 12 anos, com políticas, primeiro equivocadas, e segundo, não deu atenção a esse conselho, e que nós denunciemos há muito tempo isso.

Ambrósio: Eu vou pedir questão de ordem, conselheiro (Ambrósio).

Ana: Eu estou falando. Na fala você não pode pedir questão de ordem.

Ambrósio: Posso sim, a questão de ordem se faz necessária em função de, primeiro eu quero saber quem está coordenando a mesa, se é o secretário e presidente do conselho, ou se é a conselheira (Sueli). E vice-presidente do conselho.

Marcos Aurélio Bertúlio Neves: Sou eu conselheiro (Ambrósio) pois não.

Ambrósio: Senhor presidente, nós estávamos na segunda pauta, que é apresentação, discussão, deliberação sobre a situação atual de regulação, controle e avaliação e judicialização da saúde. E estaria com fala, o secretário estadual de saúde, o Senhor (Marcos Aurélio Bertúlio Neves), a Vossa Excelência. O senhor fez uma observação ao pleno, quebrou totalmente todo o protocolo, e eu estou pedindo questão de ordem, em função dessa situação. Depois começou um bate, uma conversação

paralela, ao meu ver, entre a gestão e os nossos sindicalistas aqui, conselheiros no pleno. E eu gostaria que esse pleno assumisse o seu trabalho de pleno. E por gentileza que os nossos coordenadores coordenem senão eu vou pedir licença e vou me retirar da reunião.

Marcos Aurélio Bertúlio Neves: Obrigado conselheiro, por nos chamar a atenção mais uma vez, e sintam-se todos os conselheiros chamados a atenção, para facilitar a condução dessa presidência tá? Eu coloquei fora do regimento duas proposições, eu gostaria de consultar o pleno, o encaminhamento, a gente segue a pauta normalmente? Conselheira (Ana).

Ana: Agora eu vou colocar, eu acho que a pauta é bem extensiva, e nós estamos cada vez com menos conselheiros. Então eu acho que nós poderíamos continuar, mas antes eu queria colocar que eu fico muito triste quando eu vejo a gente ser puxado orelha na primeira vez nesse pleno né, pela gestão, e colocar que na verdade, este pleno, ele ao longo dos anos passados, ele agiu sim senhor gestor, ele nós deliberamos várias resoluções, que o senhor sabe, que está, inclusive, no ministério público, das (OS) e do recurso público, e sabemos também que vocês sabiam que iam pegar o estado numa situação de um trabalhador precarizado, negando atendimento aos nossos usuários, tudo isso era claro, porque está na mídia, o que não está na mídia, e outra coisa também que a gente vê, que dá tristeza, é colocar situações que a pauta não anda, parece que aqui é uma desorganização, não, eu acho que nós também já colocamos a necessidade de sermos informados, e colocar, acima de tudo, que todo conselheiro tem que entender, principalmente a gestão, que esse pleno ele não tem lado, ele só tem uma direção, é o sistema único de saúde, por

isso ele vem, ele errou quando fez as (OS), deliberou esse modelo, e ele também tem consciência que as (OS's) não podem sair do dia para a noite, e até eu fico feliz, agora eu fico feliz, quando o presidente vem enquanto gestor colocar ao pleno, tem hora eu não sei quem que é gestor, quem é presidente, mas quando vem o gestor colocar ao pleno, que ele quer um diálogo para definir a política. Porque sem política tudo isso vai para o fundo do baú. Porque nós não podemos discutir um número de trabalhadores necessários, quando nós temos as (OS) aí com um monte de trabalhadores contratados. Falou do (Metropolitano), tantos por cento é contratado, (Sorriso) não sei quantos por cento é contratado. Então nós temos que primeiro ter realmente esse diálogo, que nós estamos aguardando, que é qual modelo que (Mato Grosso) tem que nós estamos sem modelo. Na verdade, nós estamos sem política de saúde não é (João Dourado)? Porque nós seguimos só o que o ministério da saúde está mandando. Porque aqui mesmo nós não temos mais nem o que deliberar. Porque não temos modelo de política de saúde em (Mato Grosso), infelizmente. Então a gente fica feliz, e o tempo aqui vai ser pequeno para essa propositura para hoje.

Marcos Aurélio Bertúlio Neves: (Fátima) do (Cemel)?

Fátima: Então, eu me inscrevi porque eu também estava querendo entender exatamente o que, que estava discutindo, mas agora ficou claro que o secretário propôs uma alteração de pauta, em função de uma situação de urgência, que é o caso de (Sorriso) né, e aí eu queria assim, não, não é o caso de (Sorriso), mas pode ter outras situações como eu colocou o caso de (Peixoto), como ele colocou o caso do (Metropolitano), então assim, eu acho que é uma reflexão, mas ao mesmo tempo pode ser

uma proposta né. Duas coisas (Ana) eu acho que está acontecendo o (PPA), o plano plurianual, com participação de conselheiro. Talvez o que precisa é reforçar a participação, vai ser semana que vem, o plano plurianual são as diretrizes, são os objetivos da política, então assim, falar que não tem, não é correto. Eu acho que a gente precisa talvez, ver como reforçar a participação, e se for necessário, já trazer o que está em discussão. Segunda coisa, tem a conferência, os tempos políticos, isso é uma fala, não é só minha não, é da academia, a gente já recomendou, a gente já fez pesquisas sobre isso. O tempo político do (PPA), do plano plurianual, é diferente da conferência, a gente sabe, vocês sabem disso. A conferência tinha que apontar as diretrizes, o (PPA) tem o tempo de concluir antes da conferência, então como alinhar? Eu acho que agora é o momento oportuno de olhar esse documento que já foi produzido um pouco, está em discussão, e trazer para cá em tempo político de se discutir, se redirecionar. O que eu trouxe na fala anterior, que eu queria que fosse um adendo à proposta do (Oscarlino), mas não foi encaminhada, era por que, que a gente não discute o modelo de gestão para orientar o concurso? O modelo das unidades próprias, que está vinculado à um modelo de regionalização. E aí o (PPA) está passando despercebido, porque se não for agora, a gente vai ter que correr atrás depois. Então assim, eu acho que o secretário por realinhar, reorientar algumas coisas no sentido de oh, a política está sendo traçada dentro do (PPA), dentro do plano estadual. Como alinhar com o conselho, como reforçar a participação do conselho? A segunda coisa, são as urgências que estão surgindo em função dos problemas decorrentes desses 12 anos de má gestão, aí sim, aí eu acho que o caso de (Sorriso), o caso de (Peixoto), o caso de, não sei quantos casos teriam que ser repactuados

para priorizar na pauta. Senão a gente não vai dar conta de decidir, porque a urgência é maior do que né...

Ana Boabaid: Senhor Presidente eu gostaria de fazer um destaque, quando eu falei que (Mato Grosso) não tem política...

Marcos Aurélio Bertúlio Neves: Vamos garantir a inscrição? Vamos?

Ana: não, mas é na fala da (Fátima), que não tem política, porque nós passamos 4 anos do governo passado, inclusive o (PTA), o (PES) do governo passado, foi votado no final do governo, então, nós não tivemos política, foi levado goela abaixo as (OS's) sem consentimento da, sem aprovação, homologação da resolução, então eu tenho porque falar que (Mato Grosso) está sem política. Agora, o (PES) que está sendo consolidado sim, é uma política.

Marcos Aurélio Bertúlio Neves: (Ambrósio). (Edvan) na sequência.

Ambrósio: Senhor secretário, nós estamos em qual pauta? Eu estou perdido, eu não vou entrar na questão do mérito, como coordenador da conferência, que o senhor já conhece a minha posição em relação ao (PES) e ao plano plurianual, então eu não vou entrar no mérito, porque eu vou terminar lá pegando na mão da gestão e falando, eu quero que acrescente aqui, porque é a deliberação constitucional, é a deliberação legal. Então eu queria saber aonde que nós estamos.

Marcos Aurélio Bertúlio Neves: Obrigado Conselheiro, Conselheiro (Carlinhos) saiu, (Cristiane), conselheira, não? (Edvan)?

Edvan: Eh, a fala de modelo né, eu fico um pouco preocupado, até porque nós temos a lei complementar 2292, que é o código estadual de saúde, e tem uma lei de um fundo também que já dá mais ou menos que tipo de

modelo que nós estamos. Então nós tínhamos um plano diretor de regionalização, um plano diretor de investimento, e temos também o (COAP), que é um decreto 7508, que é o que está em discussão, então para mim o modelo está definido gente, eu acho que é preciso definir melhor e discutir competência. Eu acho que é completar a regionalização, discutir a regionalização, discutir a competência, consolidar essa regionalização, que no governo (Júlio Miller) parou a regionalização, eu acho que os contatos das (OS's) estão mal feitos, por que aquilo que era da competência dos hospitais regionais, foi feito de baixa complexidade, não de média, alta complexidade, eu acho que essa é a discussão que precisa se fazer. Então essa demanda de inchamento talvez, que não cumprir, é contrato mal feito com os hospitais né, e todos nós sabemos aí é, a fala está na competência e na função dos hospitais regionais. É preciso voltar num debate sobre a função dos hospitais regionais, voltar, discutir melhor os consórcios, onde os consórcios não são geridos de forma correta, onde tem vazios sanitários, como (Baixo Araguaia) a gente sabe que precisa concluir essa discussão, eu acho que o problema é de competência e gestão. Eu acho que modelo está definido modelo no (Brasil), dos 27 estados brasileiros, (Mato Grosso) é um dos 5 estados mais avançados em termo de regionalização, lá em (Brasília) nesse sentido, eu acho que é esse o vazio, na questão de (Juína) de lá de (Sorriso) é fazer o que foi feito lá em (Cunipe), colocar um gestor provisório. Eu acho que é tentar aí fazer uma intervenção lá, colocar pessoas que possam tocar o hospital, até resolver essa situação.

Marcos Aurélio Bertúlio Neves: Obrigado conselheiro, Conselheira (Edna) saiu? (Edna).

Edna: Boa tarde a todos e à todas, eh, o que eu queria assim contribuir, é que nós estivemos no (PES), eu, a conselheira (Sueli) e o (Edvander) né, não sei se tiveram mais conselheiros. E a gente não concluiu esse trabalho do (PES) que é preocupante né, e aí eu cheguei num momento em que estavam duas situações pendentes, que era discussão das (OS's) né, e a discussão também do controle social. E a gente não conseguiu fechar isso. Então assim, o que eu acho que é importante, e a gente poderia fazer, se apropriar do relatório final do primeiro congresso dos trabalhadores, porque ali foi amplamente discutido, todos os problemas da saúde pública do estado, pelos trabalhadores, e assim, apontado, apontando as dificuldades e proposições de forma muito didática com o apoio da escola de saúde pública. Então eu acho que aí a gente poderia também agregar esse documento ao (PES) para que fosse fortalecido esse documento. Essa é a minha proposta. Eu gostaria que fosse votado, se concordam se, para encaminhamento de votação. É, eu gostaria que fosse votada ela.

Marcos Aurélio Bertúlio Neves: Então vamos lá, quer falar conselheira?

Ana Boabaid: Quando está colocando já no nosso, no (PES) as (OS's) então quer dizer, está definido que vai manter as (OS's)? Eu estou muito confusa entendeu? Porque por um lado, a primeira reunião que a gente teve com o secretário aqui, a gente colocou a questão da posição do conselho, da estatal 100% pública, colocamos fundações, consórcio né, etc. e tal, filantrópicas, e aí de repente vem o (PES) né, e aí de repente vem aqui aprovações para a gente aprovar, realizações do trabalho das (OS's), então eu fico confusa, porque nós já tivemos uma posição quanto às (OS's) né, agora por outro lado, eu também estou muito encabulada com essa questão como o secretário colocou, já não é a primeira vez, na reunião

que nós tivemos informal, ele colocou a situação do conselho ter saído da comissão, aquela comissão, nós temos documento no qual ela não tinha respaldo jurídico. Porque pela lei 150 existe a comissão de monitoramento, fiscalização, monitoramento das (OS's), e essa comissão que é de gestão, ela remete ao gestor, e o gestor tem que remeter, não à uma comissão, tem que remeter a este pleno. E o que, que estava acontecendo? Fizeram uma comissão por portaria, no qual foi deliberado um conselheiro para ir por este pleno, e quando nós tomamos conhecimento e inclusive, fui eu que estava lá nessa comissão, e tenho, olha, fiquei triunfada de conseguir acabar com essa comissão. Porque ela burlava este conselho, ela patrolava o controle social. Ela evitava que chegasse os contratos e os aditivos aqui para o conselho né? Então nós enquanto comissão de planejamento e fiscalização, nós ficávamos, quando que vai chegar o novo contrato? Quando que vai chegar o aditivo? E nunca chegava nada. Como nunca chegou. Inclusive, eu cobre do secretário hoje ainda, que o último aditivo que foi (Rondonópolis) também não chegou ao conselho. E ele coloca que foi uma coisa imediata, e eu coloquei para ele o seguinte, para não se patrolar o conselho, o gestor tem uma prioridade que é fazer ad referendum, chamar para si a responsabilidade do controle social né, então...

Marcos Aurélio Bertúlio Neves: Obrigada conselheira, Conselheiro (João).

João Dourado: Tá, acolhendo um pouco a preocupação do conselheiro (Ambrósio) e nós também estamos sentindo meio perdidos aqui na pauta, o senhor propôs concretamente uma reunião dia 12, para discutir a política de saúde. Eu estou de acordo com isso, e peço que a gente encaminhe e vá por ali, e siga com os pontos de pauta da nossa reunião.

Marcos Aurélio Bertúlio Neves: Perfeito, o conselheiro está fazendo uma manifestação em cima do que eu apresentei, garantir a fala da conselheira (Edna) a gente põe depois em processo de votação.

Edna: Uma questão de esclarecimento, eu só queria ver se a minha proposta seria acatada por esse pleno, aí de que forma que a gente encaminharia.

Marcos Aurélio Bertúlio Neves: Sistematiza a proposta, por favor.

Edna: Então, a questão é que eu falei assim, do brilhante trabalho final do primeiro congresso dos trabalhadores do (SUS) né, que ele fosse incorporado, trabalhado ao (PES), e ao (PPA), aos instrumentos do planejamento.

Marcos Aurélio Bertúlio Neves: Perfeito.

M: (inint) [02:25:28].

Marcos Aurélio Bertúlio Neves: A construção do plano estadual de saúde, é um momento de vivenciar divergências, pontos de vista, com relação à condução da política, e ele representa essa diversidade. Então é inevitável que toda e qualquer contribuição que já tenha sido elaborada, sistematizada, ela vai ser apreciada e incorporada dentro da contribuição do que está estabelecido pela comissão que está coordenando esse trabalho, eu acho que isso é tranquilo, não é?

M: (inint) [02:26:24].

Marcos Aurélio Bertúlio Neves: Perfeito, bom, eu acho que tem uma proposta concreta do Conselheiro (João) tipo assim, aprovando uma extraordinária para o dia 12, com pauta única de discutirmos encaminhamentos, reflexões a respeito do sistema de saúde de (Mato

Grosso) né, e aí, eu acho que vinculou, aprovando isso, eu acho que voltamos à pauta né? (Sueli) por favor.

Sueli: Eu só queria lembrar que dia 12 é o dia de discussão do (PPA) tá? Da construção do... de 8 a 12 é, na escola de saúde.

Marcos Aurélio Bertúlio Neves: Pode ser dia 11 então na parte da manhã? E poderíamos postergar até umas 2, 3 horas, do dia 11. Então a proposição só de alteração para não prejudicar a construção do... ah então de qualquer maneira interferiria. Dia 8 é segunda feira. Tá.

M: (inint) [02:28:04] debater a política né, (inint) [02:28:06] a gente for discutir aí às vezes (inint) [02:28:12].

Ana Boabaid: A discussão teria, essa reunião teria que ser antes do...

F: (inint) [02:28:22].

Marcos Aurélio Bertúlio Neves: Até onde prejudica uma reunião do conselho estadual, tirando a participação, é, prejudica sobremaneira né, então isso elimina a possibilidade que fosse do dia 9 até o dia 12, dia 8 é segunda feira que vem.

Sueli: Eu tinha uma, assim, não sei se é loucura, mas uma proposta de encaminhamento né? Assim, já que no dia 12, podia ser de manhã uma questão da discussão da política, e à tarde a discussão do (PPA) aqui, fazer aberto.

F: Dia 8?

Sueli: É...

F: Que data?

Sueli: Dia 12, porque já é a discussão, não vai interferir. Seria a questão que nos cabe aqui discutir, aí no dia 12 à tarde, a gente faria a discussão com todos os conselheiros, não só 5.

M: Não poderia ser no dia 9 de manhã essa pauta (inint) [02:29:39].

Marcos Aurélio Bertúlio Neves: É, dia 9 eu estou em (Sorriso), dia 10 eu estou na reunião do (CONAES), dia 11 eu falto à reunião da (CIF) porque tenho que ir para (Sinope)...

M: Então vamos fazer o seguinte, os debates vão acontecer do dia 9 ao dia 12, que vai ser mais uma construção, levantamento, e dia 12 à tarde essa pauta aprofundada, que aí nós vamos ter mais (inint) [02:30:08].

F: Deixa só eu falar, eu estou participando um pouco do processo, porque também vai estar vindo os regionais, existe uma pauta que foi organizada né, ou a gente sugere uma alteração lá, ou a gente propõe essa reunião extraordinária para semana seguinte, e traz o resultado desse debate aqui para o conselho e o conselho todo participa. Porque tem 5 convidados do conselho, pode ir até mais gente, eu acho que não precisa limitar a 5 né? Porque senão a gente vai fazer uma discussão, sem ter sistematizado e aí vai, agora, essa coisa do relatório, as contribuições tem que ir lá para dentro né?

Sueli: Concordo, quanto mais pessoas, melhor para discutir.

F: (inint) [02:31:09].

F: Então poderia ser dia 15.

M: (inint) [02:31:12].

Ana: Dia 25 é segunda, 16 é terça feira. Dia 15.

M: 15 é segunda, 17 é quarta. 17 seria ótimo.

Marcos Aurélio Bertúlio Neves: (Fátima), a programação termina dia 12 ao final do dia? Confirma por gentileza, eu acho que faz diferença. Nós já marcamos já aquela reunião extraordinária, extraordinária não, vamos chamar assim informal nossa, dia 19 novamente né? Já está marcado nessa, mas não é uma reunião formal, e eu estou propondo uma extraordinária do pleno, então não dá para levar em consideração. Esperar a (Fátima) voltar, eu já vi aqui que está a programação de 9 a 12, essa mantém, de 9 a 12 está integral. Vamos espera ali ver se é possível estar terminando dia 12 no período da manhã, que se for a gente garante a reunião na sequência no dia 12 à tarde. Porque aí a agenda depois, eh, você estava aprovando 17, eu acho que podem ser, mas a minha preocupação é que hoje para dia 17 é muito tempo.

Ana: Eu estou ansiosa.

Marcos Aurélio Bertúlio Lopes: Eu vou compartilhar da sua ansiedade, vamos procurar o mesmo psiquiatra...

Ambrósio: Senhor presidente, questão de esclarecimento, essa reunião ela terá, será para apresentação, discussão e proposição, ou deliberação? Ou também vai estar deliberando.

Marcos Aurélio Bertúlio Neves: Conselheiro, eu consulto ao pleno se nós colocamos na pauta o termo de liberação, ou se nós colocamos discussão a respeito da política. E sem obrigação de que tem que se (inint) [02:34:28], quando a gente achar que tem condições de deliberar, ele faz.

E se nós acharmos que é possível deliberar sobre um assunto específico naquela reunião, o pleno tem autoridade para fazer isso. A gente pode até colocar na convocação lá que é deliberação, mas entenda-se que nós só vamos deliberar se julgarmos devidamente esclarecidos para isso.

M: Eu acho mais conveniente a proposição. Porque deliberação vem para um outro momento lá na frente.

Marcos Aurélio Bertúlio Neves: Perfeito, eu acho que tranquilo.

Ana: Quero só aproveitar já que nós estamos falando dessa oficina, eu preciso de 3 conselheiros que se propõe a ir nessa oficina, no mínimo 3 conselheiros, lembrando que tem que ter alguém da comissão organizadora da conferência. (Oscarlino) já se candidatou, demais conselheiros que podem se candidatar? É do dia 9 ao dia 12, período integral na escola de saúde pública. Construção do (PPA), do 09 ao dia 12. Dar o nome. (Edna).

Edna: Quem está mal e mal querendo participar, não vai.

Ana: Pode ser mais. Eu estou pedindo nome para garantir que pelo menos tenha 3 representantes nas oficinas, só para essa garantia tá?

Marcos Aurélio Bertúlio Neves: Olha só, quanto aí à, você, você também (Ana)?

Ana: Quero registrar, ficou (Oscarlino), (Edna), (Ana Boabaid), (Jolinete), (Sueli), (João Dourado). Está registrado tá?

Marcos Aurélio Bertúlio Neves: Aí a (Fátima) consultou ali a possibilidade de previamente fazer adequação, e o evento terminar no dia 12, até o almoço, então nós poderíamos fazer a reunião do conselho no dia 12 à

tarde tá? Os 7 que já deram o nome, permaneçam, os que não estavam numa reunião ordinária né? Bom, então eu estou consultando ao pleno para tomar decisão, a proposta do conselheiro (João), decidindo a respeito da extraordinária, no dia 12 no período da tarde, com a pauta discussão da rede de atenção à saúde de (Mato Grosso) e proposições, e retorno à pauta programada aqui que nos guia nessa data de hoje tá. Em regime de votação, quem concorda com essa proposta, por favor, se manifeste. 11 votos. Quem é contra? Abstenções? Nenhum, aprovado então, reunião extraordinária no dia 12, relembro então uma reunião informal, como nós já fizemos na escola, agora dia 19 novamente, e com isso nós retornamos então ao ponto 3.2 da pauta...

Ana: Senhor presidente, eu gostaria de pedir uma inversão de pauta, para o 3.3, porque eu vou pegar estrada, e minha estrada não está muito boa, eu queria só pedir para retirar a pauta diante de que foi feita uma (inint) [02:38:41], foi constituída uma comissão, para que essa comissão reveja a lei complementar 22. Então como esse é um dos artigos dessa lei complementar 22, então eu peço para retirar, e isso vai ser reinserido junto à comissão. E um bom feriado à todos.

M: Também com relação à pauta secretário, então como já definiu uma extraordinária para aprofundar a situação da saúde e as duas demandas, e a perspectiva de avançar numa proposta que possa amenizar e resolver o problema, eu diria que a 3.2 poderia estar inserida nessa, a 3.5 e a 3.6.

Marcos Aurélio Bertúlio Neves: Concordo.

M: E aí nós ficaríamos para discutir aí a 3.2, a 3.5 e a 3.6.

Marcos Aurélio Bertúlio Neves: Ela entra na discussão global né?

João Dourado: Na discussão global, problemática, com a situação, perspectiva de resolução, tudo, essa questão. E a 3.7 e 3.8 ficaria, nós continuaríamos com a 3.7 e a 3.8.

Marcos Aurélio Bertúlio Neves: Perfeito, uma preposição do conselheiro? Alguma inscrição, algum conselheiro? Podemos colocar em regime de votação a proposta do Conselheiro (João Dourado). Em regime de votação, quem concorda com a proposta do conselheiro, por favor, se manifeste. Perfeito. Quem é contra? Quem se abstém? Perfeito, aprovado então. Iremos para o item 3.7 aprovação e homologação das resoluções da (CIB) número 001 a 027, aprovadas na segunda reunião ordinária da (CIB) não é, (Siriana).

Sueli: Só gostaria de lembrar que tem também a aprovação da moção né do... 8.

Edna: Tem uma proposta aqui que o (Orlando) deixou para o (Edvander) apresentar e aí?

Marcos Aurélio Bertúlio Lopes: Só um pouquinho, vamos otimizar, conselheira (Edna).

Edna: Então, tem uma questão em relação ao (RAG) 2013/2014, que o (Orlando) da comissão de planejamento e orçamento, pede para colocar aqui no pleno né? Ele escreve assim, a comissão de planejamento e orçamento quer avaliar e dar parecer sobre a matéria, mas está impossibilitada, por conta da resolução aprovada pelo pleno deste conselho. Em reunião ordinária mensal 2014, que ainda não foi homologada pelo presidente, e o que mais? E não foi publicado no diário oficial.

Marcos Aurélio Bertúlio Neves: Que moção que ele está se referindo (Edna)?

Edna: Vou esclarecer aqui, esta.

Ana: É o (RAG) que não foi aprovado 2014, 2013 e 2014 que não foi aprovado, a comissão de planejamento ela precisa para inserir no sistema, ela precisa que seja aprova a resolução do conselho. Já veio para o conselho, foi votada, só que essa resolução, não foi homologada ainda né secretária? Então não foi homologada, então está inviável de estar inserindo no sistema essa reprovação dos 2 (RAG).

Marcos Aurélio Bertúlio Neves: Mas esse pleno aprovou esses (RAG's)?

Ana: Aprovou.

Marcos Aurélio Bertúlio Neves: Aprovou, depende entao9 do secretário fazer a homolo...

Ana: Desaprovou.

Marcos Aurélio Bertúlio Neves: Desaprovou aí falta a homologação do secretário, essa resolução...

Ana: É, foi feita a resolução, aí depois, agora, como teve um problema da não inserção, trouxe de novo para o pleno, o pleno aprovou a proposta da comissão, não é? E isso que até agora não está homologado, não foi homologado ainda a resolução, o (RAG).

Marcos Aurélio Bertúlio Neves: Então na verdade o que está em homologação é uma proposta do pleno que modifica, não está aprovando o que chegou aqui originalmente, é isso?

Ana: Desde a primeira, a primeira (RAG) que foi desaprovada o governo não homologou, entre outras resoluções, essas também não foram homologadas, então a comissão já trouxe de novo ao pleno, e essa outra resolução também não foi homologada, então nós estamos com pendência de homologação de resoluções.

Marcos Aurélio Bertúlio Neves: Tá, e a pergunta minha para o pleno, que eu acho que essa pergunta é para assessoria jurídica, qual implicação desta gestão homologar isso de gestão anterior?

Ana Boabaid: Eu vejo assim, que gestão é continuidade, quando a gente assume uma gestão, a gente tem que dar conta do que ficou para trás, porque governante muda, mas as deliberações continuam né, que esse conselho, continua por exemplo, as deliberações.

Marcos Aurélio Bertúlio Neves: Tá, mas eu queria entender o seguinte, a homologação da resolução é de não aprovação do (RAG) apresentado?

Ana Boabaid: De não aprovação, tem, tem foi tudo justificado, sim, sim, certinho.

Marcos Aurélio Bertúlio Neves: Eu vou pedir para a (Luciana) levantar isso, nos colocar na mão na segunda feira, a gente passa para a assessoria jurídica dar orientação, e se tiver tudo ok, a gente já homologa não há implicação.

Ana Boabaid: Eu já aconselho que envie para a assessoria jurídica também as atas dessas aprovações né, das aprovações do conselho quanto ao (RAG).

Marcos Aurélio Bertúlio Neves: Você consegue entregar isso para a gente na segunda feira lá tudinho? Que aí eu ponho na mão da assessoria jurídica.

Ana Boabaid: Mas mande as atas, o áudio, por que, como que a assessoria jurídica vai ver isso? Porque tem que ser no áudio, já que não está no papel.

Marcos Aurélio Bertúlio Neves: Porque se a gente entrega isso na segunda feira, nem se for ao final do dia, a assessoria teria terça, quarta e quinta para dar a manifestação, na reunião nossa a gente já traz esse informativo tá? A preocupação é só com a legalidade de tá? Perfeito, a (Luciana) conduz isso e coloca, se não conseguir fazer na segunda, no mais tardar coloca na terça. Aí eu vou pedir então para poder entregar na mão da (Sandra Judite) para que ela possa passar para a assessoria jurídica, e dependendo da monta, talvez a gente manda para a (PGE), porque aí é uma situação que não tem consenso no jurídico, aí homologa, tá? As resoluções (CIB) 001 a 027, eu acho que a (Siriana) não contava que essa reunião ia até 09, eu vou pedir para telefonar para ela, enquanto tem essa resposta, eu queria dar alguns informes aqui tá? (Dani), liga para a (Siriana) por favor? Moção de aplauso? Por favor. Aí a gente segura, que ela vai fazer questão da moção de aplauso, mas também notícia boa eu quero que você esteja junto. Oh, hoje me chegou agora, por volta de 1 hora da tarde, uma proposta de homologação, eu vou ler o termo aqui. A comissão permanente de contrato e gestão, em cumprimento ao que estabelece o contrato de gestão número 002, e a lei complementar 150, encaminha relatório de monitoramento, controle e avaliação referente ao 13º trimestre, de execução do período de agosto a outubro de 2014, do

mencionado contrato. Que tem por finalidade reger gerenciamento de registro hospitalar de (Rondonópolis). Aí diante da análise e argumento a ser prestado pela comissão permanente, o gestor homologa o presente relatório. Desta feita, devolvo os documentos à comissão permanente e encaminho em cópia do presente relatório a controladoria geral do Estado, a comissão de saúde da assembleia legislativa, ao tribunal de contas e ao conselho estadual de saúde. Estou fazendo isso aqui porque eu não li, não assinei porque eu não li os relatórios, então para homologar vou passar para a assessoria jurídica fazer-lo e isso aqui é um para o 13º trimestre de (Rondonópolis), significa que nós estamos colocando em dia agora o relatório de agosto a outubro, depois de novembro a janeiro, que é o 14º de (Rondonópolis), estamos fazendo o 12º que é o período também de agosto a outubro de (Cárceres), 13º que também é de novembro a janeiro de (Cárceres) e o 11º do hospital de (Sorriso) que é de novembro a janeiro. Aí teria fevereiro, março e abril que está. Então a gente fez questão de dar total autonomia para a comissão fazer a programação de ida e permanência no local que não foi dada, foi cessado isso anteriormente. E mesmo não estando na lei nós, eh, mesmo os hospitais de intervenção nós determinamos que toda e qualquer aplicação que o interventor fosse mudar a aquisição, gastar dinheiro que ele passasse para crivo do gabinete. Descobri rapidamente que seria impossível acompanhar, então designei que essa responsabilidade ficaria pela comissão montada que acompanhava os contratos de gestão de OS. Tem habilidade, então poderia acompanhar de todos. Então todas as questões de todos os hospitais hoje passam por aqui. Não está na lei, mas é a garantia nossa de que está vindo mais qualificado possível. E tem muitas situações que vocês estão vendo e fala assim “ah, não pagou o

serviço ainda” né? Porque do jeito que tem vindo, mesmo assim, não dá para pagar. É pagar na ilegalidade né? Então essa situação, esses relatórios aqui apresentam, nós vamos verificando e eu fazendo homologação, vai chegar cópia para os senhores, e faz parte então dos documentos que estão disponíveis para a gente poder se apropriar para poder se empoderar dessa situação que foi construída, porque pelo contrato vigente esse acompanhamento é a cada 3 meses somente, mesmo assim pensando hoje, a gente pensou em fazer isso mensal, não tem perna para fazer isso. Nós não conseguimos constituir um grupo na secretaria, clamando por servidores de carreira para nós instituímos para poder fazer a prestação de conta de todos esses convênios desses contratos desde 2011. Nunca foi feito. E nós não conseguimos achar pares para compor esse grupo porque há, o receio é não quero botar minha assinatura onde eu posso ser responsabilizado. Esta é a realidade de algumas áreas do nosso setor saúde hoje, tá? Então, eh, aquela comissão que foi extinta (Leila), (Ana), eh, mesmo ela não estando no rigor da lei porque ela é só outra, ela garante a transparência de instituição porque você tinha lá centro formador, você tinha o conselho estadual, mas ela não isentava do documento passar neste pleno. Era por exemplo (João Dourado) está, vou dar um exemplo, está lá quando chega aqui ele já chega com uma leitura mais qualificada de representante que pode subsidiar o pleno a respeito daquilo. Então essa informação é que foi construída, eh, para desestruturar. Então fala assim, tem uma condição de homologação e aí estrategicamente passou a sair daqui, qual que é a proposição nossa? Essa comissão teria que existir porque senão acontece o que está acontecendo aqui ó, uma comissão fez, quem vai homologar é o secretário. Esse aqui vai ser meu dever de casa do final de semana todo.

Por que, que não poderia ter os pares com expertise para poder fazer e falar “olha, não dá para homologar isso aqui”? Entendeu? Não quer dizer que depois não vem para esse pleno para ele poder apreciar e dar a posição também, a gente tem tanta coisa errada (Ana) que quanto mais a gente qualificar a leitura e apurar, é só vantagem para a gente. Porque olha só aqui ó, está saindo para o secretário. O secretário homologou, chegou nesse pleno vamos falar “secretário, tem isso aqui errado. Poderíamos fazer esse pleito antes, analisar isso? ” Para poder analisar tem que ter um para a assessoria jurídica, analisar para ver se está correto, falou “está correto” eu vou assinar. Agora, a comissão nossa poderia contribuir nisso? Então eu estou pensando o seguinte, em estratégias onde este conselho ele possa participar mais pro-ativamente e ter a voz validada nesse processo, tá?

Ana Boabaid: Posso falar?

Marco Aurélio Bertúlio Neves: Por favor.

Ana Boabaid: (Ana Boabaid). Me dá até agonia esta comissão. Esta comissão ela estava deliberando no lugar do conselho, um conselheiro deliberando no lugar do pleno. Outra coisa, o conselho ele tem suas comissões que podem ser ampliadas, senhor secretário ou presidente, com os trabalhadores, pode compor, podemos chamar já que nós temos problemas com, eh, contábil. Vamos solicitar a associação de contabilidade ou conselho para nos ajudar. Tem problema de, eh, questões médicas, fisioterapeutas. Então nós temos todos esses aparatos que nós podemos solicitar parceira. Agora, do jeito que está constituído, não sei se o senhor leu a ata, eu vou, eu vou semana que vem levar essa ata para o senhor se a secretaria geral não der conta de te entregar,

porque essa comissão ela burlava, olha o que, que eu estou falando, burlava o pleno do conselho estadual de saúde. Ela era muito séria a situação porque quando nós chegamos a primeira vez na reunião existia uma mesa, a mesa do secretário lotada de papel para a gente deliberar quanto conselho e a comissão. Eu disse, “bom, é muita coisa. O que, que é isso”, né? Só processo. Nós que viajamos, eu viajei muito com (Ambrósio) em quase todas as OS, e conhecemos a realidade das OS que não é nada bonito, eh, depois que mudou de gestão nós não viajamos mais. Agora, eh, vimos essa situação e quero ver como é que está agora né? Então vimos aquele monte de papel para a gente assinar no lugar de um pleno, gente, era uma irresponsabilidade social, ali são vidas, é o que a gente luta aqui, senhor presidente. Então vocês pegaram uma gestão e estou muito preocupada. Quando a assembleia legislativa está com uma comissão avaliando a questão das OS, não chamou o conselho. Hoje eu solicitei por telefone para a (Lu) que ela convocasse uma comissão de orçamento, planejamento ou ampliada para a gente agendasse com a assembleia para essa comissão que está tratando as OS, para nós levarmos a realidade do controle social né? Que nós não fazemos parte. Mas agora quando o senhor fala aí “vou mandar para o conselho” aí meu deus, eu fico embrulhada, sabe? Não sei se eu estou embrulho, se estou embrulhada.

Marco Aurélio Bertúlio Neves: Nós estamos mandando para o conselho para conhecimento do conselho.

Ana Boabaid: Para conhecimento. Porque se nós estamos com uma propositura lá de não aceitar esse modelo. De repente se nós estamos aprovando ou desaprovando nós entramos, entendeu? Então eu fico tão embrulhada, e deixo até de viajar, e meu marido vai...

Marco Aurélio Bertúlio Neves: Mas o conhecimento é nessa linha de que tudo que for preciso ter ciência para que esse conselho ficasse mais qualificado vai ter acesso a informação né? Então estou dizendo que como está colocado hoje, o secretário vai homologar e mandar para o tribunal de contas como vai chegar para o conselho, tudo. O que eu estou falando é para a gente pensar, para a gente construir é como que nós podemos nos organizar para substanciar melhor esse pleno de informações para tomar decisão. Quando falar assim, olha só, aí você falou, eu me lembrei e eu vim com essa coisa na cabeça e esqueci. Gostaria de convidar o conselho, pelo menos um representante do conselho estadual para poder compor uma comissão que eu estou assinando uma portaria hoje para poder averiguar a situação do hospital regional de (Sorriso) diante das denúncias que eu recebi hoje do prefeito, do vice-prefeito que veio da câmara de vereadores, dos servidores do hospital. Então aí a gente já deu um encaminhamento interno para esta comissão que eu estou convidando o conselho, se alguém tem interesse em participar, para estar na segunda-feira de manhã já lá no hospital, trabalhar a segunda e terça, porque aí na terça estaria indo para (Sorriso), para a gente discutir com os prefeitos qual é a possibilidade de garantir que a população não seja prejudicada no serviço. Percebe que isso aí que vai construir lá e não vai vir para o pleno, que nós vamos discutir dia 12. Então conselho sendo representado vai ter condições de socializar o que está se passando né? É nesse sentido só (Ana), que eu falo assim, que é garantir que o conselho esteja presente nas situações mais concretas, rápidas possíveis.

Ana Boabaid: Eu acho ótimo esse reconhecimento da presença do conselho, mas eu fico com um pé na frente e outro atrás. Sinceramente,

eu falo mesmo, entendeu? Porque nós deliberamos uma resolução que está no ministério público que tem que ter retorno em 45 dias ou menos hoje. Ao mesmo tempo, se vier alguma deliberação de OS para o conselho, o conselho não pode deliberar. Vocês entendem?

Gesse: Por gentileza, eu queria reiterar uma fala que eu fiz a uns dias atrás, até para a conselheira ficar mais tranquila. Eh, (Gesse), representante do (CREA). Conselheira, nós temos no regimento interno da assembleia, se não me engano o artigo 369, resolução 844 que nas, artigo 369 do regimento interno da assembleia legislativa, a resolução é número 844. Nós enquanto (CREA) na época era discussão. Do zoneamento socioeconômico ecológico no Estado né? E estava também tendo alteração do regimento interno da assembleia, nós conseguimos colocar esse artigo para poder interferir na discussão e participação. Então nas câmaras temáticas da assembleia legislativa né? Nas matérias técnicas é que os segmentos não forem chamados para participar eles poderão requerer a participação. Então o conselho pode requerer a participação nas discussões das matérias da área, no caso da área da saúde né? Dentro das comissões da assembleia legislativa, isto oficialmente se não for requerido a participação. Então se não foi chamado o conselho para participar, o conselho pode requerer a participação e representação. Então isso está no regimento interno da assembleia legislativa.

Marco Aurélio Bertúlio Neves: Perfeito. Eh, eu acho que da manifestação do conselheiro (Gesse) a gente poderia então, eh, formalizar enquanto conselho estadual para a comissão de saúde da assembleia que todo e qualquer assunto que for discutido relacionado a esse tema que faça o convite para a participação do conselho estadual. Registro que na reunião

de ontem da comissão de saúde onde foi pedida a prestação de contas do primeiro quadrimestre, eh, o conselheiro (Carlinhos) se fez presente, se apresentou como conselheiro do conselho estadual de saúde e estava também a partir das 10 horas uma oitiva onde convocou a (CPI) das (OSS) da saúde, convocou 2 servidoras nossas para poder prestar esclarecimentos. Nós rapidamente solicitamos não só advogado da secretaria de saúde, mas o advogado que atendeu o gabinete do governador se fizesse presente para poder acompanhar as nossas servidoras, para dar as devidas orientações, e tão logo acabou essa participação da comissão eu me fiz presente também durante toda a parte do depoimento da segunda técnica nossa. Foi tranquilo, vocês devem ter visto muita matéria sobre a questão do negócio chamado depoimento dos ex-secretários e eu vou dizer uma coisa, pelo que eu tenho observado essa leitura desse tempo, se nós não organizarmos como conselho estadual vai ser sobrepujado pela comissão de saúde, pela (CPI), pela, e vai vim envolver a secretaria na pessoa do secretário, mas eles não vão vislumbrar que é conselho. Então eu acho que teria que constituir a presença. Então por isso que eu falei que essa posição de participar que quanto mais a gente garantir a participação institucional do conselho estadual nessas áreas, mais fortalece o conselho como representante da população usuária. Acho que isso é fundamental, tá?

Marcelo: Uma questão de ordem, secretário. Aproveitando o se apresentar, a gente não tem nada que nos apresente, um cartão, uma carteira, não temos nada como conselheiro. Eu me apresentei lá e disseram “como é que eu vou saber que tu é conselheiro”, me perguntou.

Eu vou ter que estar com a portaria embaixo do braço para puxar para ele?

Ana Boabaid: Nem para entrar na sede.

Marco Aurélio Bertúlio Neves: Oi?

Ana Boabaid: Nem para entrar no conselho estadual que nós temos que passar pela mesma entrada da sede, nós temos que nos identificar cada vez que a gente entra e sai ali.

Marco Aurélio Bertúlio Neves: É. Nós, foi objeto de discussão anteontem, eh, da necessidade de algumas mudanças na rotina ali do prédio com relação a acesso de servidores, acesso de pessoas né? Que servidor é tranquilo, alguns falam assim, eu não sou servidora, mas eu sou uma conselheira estadual. Chega lá oficial de justiça para notificar, “eu sou oficial de justiça, não quero fugir, estar fora dessa regra. ” Entra, eh, prestador de serviço que já conhece todo mundo por anos e anos, quando você assusta ele está abordando o servidor lá dentro da sala. Então nós vamos determinar dia e hora para atendimento externo e bloquear acesso a determinadas áreas onde nós temos que proteger as informações e os servidores não serem pressionados por nenhum interesse que não seja de fazer a coisa rodar como servidor público. Então você está colocando uma situação que tem que pensar um pouco mais para não criar uma situação de está diferenciado para um e para o outro. Então algumas normativas que a gente colocou na mão do (Luís Alexandre) para discutir como que pode implementar essas mudanças. Significa ter mais controle das entradas ali realmente né? Mas agora o que o (Marcelo) está colocando é uma outra situação, nós podemos ter identificação para qualquer lugar que for representar como conselheiro, do conselho estadual de saúde e

numa outra situação de um evento que a gente faça um apresentando aquele conselheiro, aquela conselheira como representante do pleno para tudo que for discutido né? Aí é uma outra situação, não é só a carteirinha, é um documento validando, dizendo assim “ (Ana Boabaid) vai na reunião de comissão de saúde para tratar de hanseníase. ” Então ela está indo como conselheira, mas representando este pleno né? É diferente. Aí seria um ofício assinado, encaminhado. Então...

Ana Boabaid: Só que eu queria fazer uma fala em cima disso aí, só que o conselheiro nunca deixa de ser conselheiro. É igual o secretário de Estado nunca deixa de ser secretário. E o que a gente vê também é que num espaço público, apesar do conselheiro ser de relevância pública, ele não é nem anunciado, você entendeu? Que existe presença de um secretário, de um conselheiro. E isso é muito triste porque, eh, ele é representante público, ele é de relevância pública, ele é uma autoridade. Aí chega um, um não sei o que lá, aí anunciam, sabe? Não é por mim, eu falo pelo conselheiro, entendeu? Agora, eu também acho que o conselheiro está perdendo muito na (SES). Nós tínhamos, já tivemos vaga para 6, até para 10 conselheiros, que a gente chega para a reunião não tem onde estacionar, viu senhor, agora eu vou falar com ele enquanto gestor, viu senhor gestor? Aí a gente não pode entrar no pátio da (SES) né? Nós não temos identidade, nós não temos identidade na (SES). “Quem vocês são? Não, aqui o senhor não pode entrar.” Ah, então nós não podemos entrar com carro no pátio da secretaria estadual de saúde que por lei nos cede o espaço né? Que dá estrutura diante da lei. E por outro lado, quando a gente consegue entrar só tem 2 vagas. Então já está ocupado. Já tem só 1 hoje e já está ocupada. E aí a gente tem que correr para chegar no horário

da reunião. E não chega, não chega né? E quando pede o carro para o, hoje nós ficamos eu e (Ambrósio), tem (Ambrósio) aí? Ah, (Ambrósio) está ali. Nós ficamos da hora que terminou a reunião, não almoçamos hoje e ficamos lá até a hora que começou a reunião que nós ficamos ligando para a (SES) para mandar carro, porque esses motoristas, e os motoristas trabalhadores falam o seguinte, “eh, está no horário do almoço, está no horário não sei o que”, e o conselheiro não tem horário para nada. A verdade é essa, a gente fica aqui.

Marco Aurélio Bertúlio Neves: Eh, infelizmente essa fala sua corrobora com o que vai falar daqui que o servidor público tem algumas debilidades. E foi lido aqui um documento feito pelos motoristas, a manifestação de liberação de tratamento diferenciado para poder ficar com o carro, fugir à regra. Foi tido como uma posição antipática da gestão da secretaria não permitir, mas é esse detalhe que eu estou falando para vocês, imaginem que precisamos fazer a prestação de contas do que foi gasto dinheiro para mandar para apurar hoje o que fizemos em reunião com o pessoal da (Unicor), da comissão de ética, pessoal da tomada de contas, pessoal da comissão que fez auditoria de todos os processos anteriores, eh, assessoria jurídica para garantir que nós vamos apurar e buscar a devolução horário do dinheiro que foi gasto de forma indevida. Eu acho que isso aí, apesar de não ser obrigação do conselho, o conselho teria que estar acompanhando, não para assumir a responsabilidade, mas poder estar a par do que está se passando. Essa informação não foi franqueada para nós servidores usuários esses anos todos. Eu digo para vocês que nessa gestão esse é o menor problema, é o menor problema. É falar assim “nós queremos participar”. Não dá para ser uma vontade do horário. Tem

que ser uma decisão institucional, entendeu? Aí ele como representante, se for o caso, vai trazer as informações para esse pleno, subsidiar o que está se passando, como está se passando, o que está se colocando. Então eu acho que a gente tem que ganhar na celeridade, tá? Eu sei que quando eu faço um convite hoje, agora para poder ir para arrumar o trabalho da comissão segunda-feira em (Sorriso) é um convite até desrespeitoso pelo tempo, mas essa decisão foi tomada a 1 e meia da tarde lá na secretaria quando a gente recebeu os prefeitos né? Então...

Ambrósio: Secretário?

Marco Aurélio Bertúlio Neves: Pois não, conselheiro?

Ambrósio: Senhor presidente, conselheiro (Ambrósio). É muito importante tudo isso que a gente está falando aqui sobre a participação dos conselheiros em todos os viés que a, que ele tem a sua atribuição. Mas a gente também, eu sei que o gestor, o corpo, os 25% dos gestores que aqui participam, eu gostaria também de solicitar a participação e a deliberação deles nas regiões das comissões e também na representatividade. E também de fazer fala também em cima dos trabalhadores. E nós conselheiros usuários tem alguns que tem mais, eh, está mais junto dessas suas atribuições vem estar junto né? (Ana) está aqui, ela faz hora para ir fazenda, até agora está aqui. Então é preciso um trabalho mais minucioso com esse comprometimento de participar. E as vezes a gente extrapola para um lado e deixa a família, tal como o senhor está entrando e eu sei, o senhor não tem tempo, não tem tempo no sentido, eh, está trabalhando por demais. Então está com o tempo disponibilizado para o trabalho e as vezes até deixa um pouco as coisas de casa, eh, em segundo plano. Então assim também a gente faz necessário para que esse conselho funcione de

forma inequívoca. Essa era a minha discussão, sempre foi e será no fortalecimento das comissões. E aí eu vou também, eh, buscar um pouquinho mais, um pouco mais de, pedir ao nosso corpo técnico do conselho que o faça. Eu vou sugerir futuramente que modifique o regimento no quesito comunicação aos conselheiros, que não seja só e-mail, mas que seja ligado, confirmado a presença para que não se desloque, perca tempo, para que as comissões reúnam e reúnam e possa deliberar junto e esse pleno com certeza ganhará e muito na questão das deliberações e nas discussões.

Cleiciane: Secretário, pela ordem. (Cleiciane), (COSEMS). Pela ordem, eu queria fazer um encaminhamento com relação a pauta 3.8 que é a que o (COSEMS) solicitou. Eu gostaria de fazer uma fala, eh, é...

Ana Boabaid: É que, ah, só um momento conselheira, é que a hora que a vice-presidente falou já tinha os 3 pontos de pauta que a gente estava no assunto relevante que automaticamente ele veio em ponto de pauta, que é a moção de aplauso, a homenagem ao doutor (Júlio Muller Neto) e aí a 3.10 seria na verdade 4.0 seria os 3 conselheiros que estavam aqui que nós já até elegemos e aí veria o seu ponto de pauta, foi pedido já, entendeu? Já estava...

Cleiciane: ...não, mas não tem problema. Eu só gostaria de fazer um encaminhamento, eh, de encaminhar lá para o dia 12. Só, que só secretário que antes de, é sobre a (UTI) que tem a ver com a regulação, com tudo. Então, eh, então seria, eu gostaria de fazer um encaminhamento com relação a pauta 4.1. Então assim, eu gostaria de encaminha-la para o dia 12, no entanto eu queria só fazer uma fala de 4 minutos aqui que é o seguinte secretário. Eh, eu falei aqui no começo, o

senhor não estava, eh, com relação aos leitos de (UTI). Nós temos secretário aqui de vera que é o secretário (Eduardo) que estava com um pedido de prisão para hoje às 10 horas, estou perguntando o que, que aconteceu, mas ninguém me retorna, para saber o que, que aconteceu, com relação à leito de (UTI). Então assim, como vai tratar também de regulação, vai tratar também de modelo, eu gostaria de incluir dia 12, porém eu queria que fosse registrado aí, com relação à quantidade de leitos de (UTI), que fosse levantado isso para ser apresentado, quantidade de leitos de (UTI), a existência, onde estão esses leitos, qual é a gestão desses leitos, quantos estão na gestão do estado, quantos estão na gestão privada, com serviço comprado, qual habilitação desses leitos, para que, que eles são habilitados? Por exemplo, (Tangará da Serra), tem leitos, tem 8 leitos de adulto, porém nenhum é habilitado para neurocirurgia. Aí fala assim, “não, tenho leito de (UTI) lá em (Tangará da Serra)”, mas neurocirurgia não tem, precisa vir para (Cuiabá), então assim, onde estão esses leitos e qual habilitação desses leitos. O tempo de permanência no leito, e uma coisa que eu levantei o senhor não estava, eu gostaria que o senhor fizesse uma reflexão sobre isso, é com relação, o secretário de (Cuiabá) juntamente com a equipe técnica do (COSEMS) fizeram uma varredura pelos leitos de (UTI) e descobriram que tem pessoas lá internada só precisando de órtese e prótese, tem pessoas que estão internadas só precisando de medicação de alto custo, segurando leito para garantir a medicação de alto custo, e são pessoas que poderiam estar, esses leitos de (UTI) poderiam estar tirando as pessoas da fila da morte né? Então assim, eu gostaria que fosse registrado isso, para que fosse revisto essas coisas juntamente com a reunião do dia 12. E mais uma coisa também secretário, também eu tenho leito comprado lá em

(Tangará da Serra) que é de conhecimento nosso, que tem leito que são seguros em especialidades, ou tratamentos mais baratos, que é pago o mesmo valor, e em detrimento à outras entradas que talvez seria mais caro o tratamento dessas pessoas. Então assim, também é isso, a questão do valor pago ao leito, referente ao tratamento que ele oferece.

Marcos Aurélio Bertúlio Neves: É, o que ida em (tangará) que nós fomos semana passada, e agora dia 12 tem uma audiência pública lá para tratar exatamente do setor saúde, apesar de ter tido uma em (Barra), já eu ter ido, governador ter ido, quando eu estava lá em (Barra), naquela terça, governador estava em (Tangará), fui na semana posterior, conversei lá com todos os perfeitos em (Tangará), querendo saber a situação do hospital regional né, e me parece que há disponibilidade daquele hospital, que era a antiga unidade mista que vai ficar com 96 leitos, possa ser a estrutura física de um futuro hospital regional para a região, perfeito. E agora nessa sexta feira, a secretária adjunta (Margarete) vai estar presente nessa audiência, mas existe situação de 3 serviços particulares, contratados...

Cleiciane: ...esse secretário que veio aqui é de (Vera) tá secretário? O (Eduardo) de (Vera) que estava com a prisão decretada até hoje às 10 horas.

Marcos Aurélio Bertúlio Neves: Não, mas você estava falando de (Tangará) né?

Cleiciane: Não, eu só citei de (tangará), mas eu estou falando (UTI) de uma maneira geral, de (Mato Grosso), e esse secretário que está com a prisão decretada para hoje 10 horas da manhã, é o Secretário de (Vera), (Eduardo).

Marcos Aurélio Bertúlio Neves: Você não conseguiu falar com ele porque possivelmente ele não foi preso, deve estar escondido. Olha só, quando você falou de caso de (Cuiabá), o que está sendo feito, nós identificamos isso já (Cuiabá), e como o estado não contrata, quem faz a relação contratual é o município, e os poucos contratos que foram feitos no estado, nós entendemos que não deveria acontecer, e a nossa proposta para (Tangará) nessa reunião que nós tivemos foi, o município tem condições de ser o contratante desse leito de (UTI)? Por que aí você fiscaliza esse contrato, você tem condições de garantir que o paciente que vai estar lá é um paciente. E aí o prefeito diz que teria condições, eu falei, então apresenta a proposta, porque ao invés de renovar um contrato com o estado, nós fazemos um encaminhamento para que o dinheiro vá para o município, e o município seja o contratante, dá autonomia para o gestor municipal. Então foi um encaminhamento no meu entender politicamente muito importante para resolver um problema importante e a perspectiva do hospital regional de (Tangará da Serra), funcionar a partir do ano que vem. Deputado (Wagner Ramos) colocou uma emenda no orçamento 2015, de 4 milhões e ele aceitou que mudássemos esse dinheiro para aplicar, para comprar equipamentos para o hospital. Então participou, então a gente está conseguindo construir isso na relação de que, qual que é o objetivo que a gente quer? Poe a referência da decisão da política de saúde, e nós estamos fazendo grandes aquisições mesmo na área da política para dizer assim, não, eu vou participar, eu quero participar disso. Quando fala contratação de serviço, eu queria ler aqui rapidamente um documento que nós tínhamos feito aqui, como padrão, na assessoria de demandas judiciais nossa, quando você constata que o serviço contratualizado não está cumprindo o que ele deveria, e a relação é

contratual com o município, então a gente assina aqui, junto, eu e a Doutora (Florence), notificando o secretário né, sobre o procedimento que foi determinado para ser realizado, que são contemplados já pelo (SUS) por conta de código, que esse serviço já é contratualizado, mas que está com demanda judicial, e aí nós estamos encaminhando isso para a procuradoria, para colocar no polo passivo da ação o serviço contratualizado. Vocês não vocês não da briga que nós estamos comprando com isso aqui. Então isso está sendo feito, oi? Nós já estamos usando isso como padrão na secretaria já há algum tempo né Doutora (Florence), esses encaminhamentos. Por isso essa articulação com o Ministério Público na justiça, agora dia 12, ah eu esqueci, dia 12 à tarde é a reunião com a Desembargadora (Clarice), vice-presidente do tribunal de justiça, que nós estamos, ela incorporou a proposta, e ela está coordenando a proposta de implantação no núcleo de conciliação de demandas judiciais. Então, está marcada essa reunião, e eu esqueci. E nós participamos, para implantar assim, toda demanda quando for, que passe pelo núcleo antes de virar uma demanda judicial. Então lá vai saber, que serviço que está contratado, se já tem no (SUS), se não tem, para a gente conseguir trazer às claras essas informações. E já temos como parceiros já a defensoria pública, ministério público, tribunal de justiça, são coisas que eu gostaria que o tribunal estivesse a conselheira estivesse acompanhando... com a (Sílvia) também tá, conselheiro (Joao).

Joao Dourado: Eu acho que, só para confirmar, nós temos uma resolução, uma moção de aplauso, que eu acho que não precisaria nem discutir isso daí eu acho que é consenso, só que secretário, para o dia 12, a minha preocupação é isso, para que quando nós começarmos o debate, não ficar

pendente qualquer esclarecimento da gestão. Primeiro, os 100 dias que obviamente foi apresentado para o governador não é, eu acho que todas as secretarias fizeram isso, que seja também apresentado para nós, que precisa ter um diagnóstico profundo da situação, questão de financiamento, o que tem de financiamento, a perspectiva de financiamento para esse ano, e o que vai cumprir dentro do que está na lei 141, não é? Na lei 141, então é importante termos todas essas recomendações para nós aprofundarmos o debate tá?

Ana Boabaid: Eu gostaria até de colocar mais uma situação aí, eu sempre costumo falar que a escola de saúde pública é o coração do (SUS) e que a regulação é o pulmão, porque ele respira e solta não é? Então eu gostaria que colocasse como é que está a situação da escola, porque a gente, a última vez que estive com a escola, tinha aquela situação de ter repassado o recurso para como é que chama? Passou o recurso para a universidade estadual né? E não foi executado muita coisa, inclusive tinha...

M: (inint) [03:21:18].

Ana Boabaid: E a regulação, como que está funcionando essa regulação. Porque nós passamos pela fase anterior, que a regulação era a assembleia legislativa, por conta de deputados, e aí a gente quer ver por que a regulação ela dá um norte, indicadores para a gente também, e nós estamos realmente sem informação, sem informação e desestruturado, porque também esse gestor nos deve, na estruturação, aproveitar a cobrar mais uma vez assessoria contábil, assessoria jurídica e assessoria de comunicação.

Ambrósio: Senhor presidente, só mais uma pergunta. No tocante às conferências as viagens, o senhor tem alguma resposta para dar em relação ao transporte?

Marcos Aurélio Bertúlio Neves: Desculpa conselheiro, por favor.

Ambrósio: Diante daquela conversa que nós tivemos ontem e anteontem, lhe apresentamos a dificuldade do transporte. Ok senhor pegou, para si a comunicação, e falou que estaria conversando, acertando, viabilizando essa situação. Quero ver se tem alguma observação, porque tem muitas viagens né, e a gente precisaria, precisa dessa resposta o mais rápido com transporte para deflagrar o processo...

Marcos Aurélio Bertúlio Neves: Quando vocês apresentaram essa proposta, eu fiz uma pergunta, qual é o cronograma, quando vai, quem fica, quando vem, eu não vi isso. Então eu não tenho condições de responder, sem essa informação. Porque eu preciso, essa informação, para eu te dar, não chegou para mim.

Ambrósio: Nós temos o cronograma já de...

Marcos Aurélio Bertúlio Neves: Pois é, mas não chegou, para eu poder, mediante ele falar, transporte, eu quero que atenda isso aqui, porque aqui são duas pessoas, são 3 dias em tal lugar, eu não posso falar assim, tá aqui 10 carros... me dá essa proposição para eu poder dar a resposta concreto.

Ambrósio: Afirmativo.

Marcos Aurélio Bertúlio Neves: Tá? Aí eu vou pedir e gentileza, a (Luciana) poderia entregar isso na mão da (Sandri), porque ela vai entregar já aquela solicitação para segunda feira, das resoluções que não foram, da homologação, entrega e aí a gente dá a resposta para você tá?

Ambrósio: Afirmativo. Obrigado.

Marcos Aurélio Bertúlio Neves: Com relação à solicitação (Cleiciane) com relação à leitos de (UTI) por coincidência está na mão aqui da Doutora (Florence), um ofício nosso que mandamos para o procurador da república do ministério público federal, esse trabalho já está pronto já há algum tempo, só que ele estava questionando número de leitos. Então aqui já está representando já os números de leitos cadastrados no estado, especificando por região, especificando a disponibilidade de leitos de (UTI) pediátrica, quantos tem de adulto, pediatra, neonatal, quantidade existente, (SUS), necessário, qual que é o déficit, qual que é o leito por região na baixada, no centro norte, documento nós já fizemos o dever de casa faz tempo. Só que nós descobrimos que ele aponta uma situação de déficit de leito. Só que quando a gente foi aprofundar a informação, a taxa de ocupação desses leitos, são muito baixas. E o tempo de permanência que você fez a pergunta, é o dobro. Então essa informação por referência técnica, ela não é fidedigna para a gente poder referenciar uma organização de serviço. Porque você falou assim oh, tem paciente lá no leito esperando só (OPME), tá lá esperando há quanto tempo? E isso não aparece nesse tipo de cálculo feito aqui. Então essa informação está pronta, eu acho que está disponível, a gente pode disponibilizar, mas depois a gente faz o detalhamento, tem que olhar crítico, e você sabe do que, que eu estou falando, não dá para poder... porque tem regiões que estão muito desguarnecidas, e outras tem leitos demais. Obrigado Doutora (Florence). Pessoal o item 3.7 que era resolução da (CIB), aprovação aqui das resoluções 001 a 027, a (Siriana) como secretária executiva, ela pediu mil desculpas, teve um problema de ordem pessoal,

não conseguiu vir e disse que não conseguiria chegar em tempo. Então como é resolução oi? É, e também não tem mais quórum, e como também eu penso que é uma situação rápida, nós podemos fazer isso na extraordinária? Então aí a (Luciana) acrescenta então a pauta básica, e deliberação sobre essas resoluções, tá? Aí eu estou pedindo para a (Luciana) fazer isso já para que eu assine na segunda feira, para chegar em tempo hábil para todos os conselheiros. Ficou dia 12 à tarde. Mas isso aqui é importante, temos que fazer rápido.

M: Senhor presidente eu queria fazer uma fala rápida, como o senhor disse que vai falar com o judiciário na sexta, e eu penso que como também sou acadêmico de direito, existe um uso hoje no direito de um dos remédios jurídicos que seria a mediação e arbitragem. Não sou ainda advogado, mas creio que o seu jurídico poderia analisar se cabe à saúde, ou aos procedimentos que estão lá, a mediação e a arbitragem para que isso não vire uma demanda judicial propriamente dito.

Marcos Aurélio Bertúlio Neves: Essa reunião do dia 12 é exatamente para o procurador geral do estado junto com a procuradora do tribunal de justiça já apresentar proposta para (inint) [03:27:20] funcionamento de uma comissão de conciliação. Uma câmara de conciliação.

M: Porque a mediação e arbitragem exatamente a mediação é muito mais rápida do que propriamente uma demanda judicial. E para concluir, eu queria também fazer o pedido, revirar, como os colegas querem representar com um melhor, documentado e à disposição para representação, para, já até falei com a (Luciana), já até formalizei ao senhor, para mandar para nós, nossos órgãos de origem, a documentação, porque nós fomos oficiados à secretaria, retornar para nós a

documentação, com o dispositivo legal para ficar à disposição nas comissões que pertencemos, nos eventos, porque eu, por exemplo, eu tenho dificuldade que eu sou ouvidor do (CREA), eu não tenho estagiário, então quando eu saio eu fecho um setor para estar aqui.

Marcos Aurélio Bertúlio Neves: Entendo, se não fizer isso até quarta-feira que vem é culpa da (Luciana) tá?

M: tudo bem, mas é uma situação que eu queria estar, por exemplo, segunda feira na reunião.

Marcos Aurélio Bertúlio Neves: Não, ela já faz eu já assino (inint) [03:28:25].

M: Segunda feira passada eu queria estar na reunião, só que eu tinha que fechar a ouvidoria, aí eu não podia. É isso.

F: Sim, é porque na verdade, nós entregamos as declarações da reunião que participam né, sobre essa de mandar para a instituição eu não sabia, estou sabendo agora, então a gente vai providenciar, mas quando...

M: É um pedido que eu estou fazendo hoje tá?

F: É, quando é declaração, a gente pede. Solicitou, a gente já faz declaração e manda,

Marcos Aurélio Bertúlio Neves: Conselheiros, esgotando a pauta, eu agradeço, e eu acho que esse aqui é um exemplo de que nós precisamos rever o processo de trabalho nosso no conselho, que não dá para a gente terminar uma reunião antes de esgotar as 4 horas, desse jeito aqui. Vocês viram quantos conselheiros que falaram coisas importantes, pronto, vamos fazer, vamos arregaçar a manga agora, sabe? E isso chateia literalmente quem está na gestão lá trabalhando 18 horas por dia, para

depois ouvir coisa, falar assim não, agora vem cá, vamos, porque a contribuição eu acho eu já brinquei com vocês aqui né, a contribuição não é de galinha, que eu vou lá, ponho o ovo, vou embora, acabou. Aqui a contribuição é de porquinho, para ajudar, eu tenho que dar um pedacinho da carne. Se nós não fizermos essa ação diferencial agora, por isso que as comissões não funcionam.

Ana Boabaid: Por exemplo, tem conselheiro que está na ativa, não pode participar de 5 missões, aí os outros se inscrevem, não participa. Inviabiliza o funcionamento do pleno do conselho.

Sueli: Oh, em relação à segunda feira para acompanhar na viagem, a (Marlene) está propondo ir, porque está assim, o (Ambrósio) vai estar em viagem né, a não ser que tenha...

Ana Boabaid: Em (Sorriso). E como que vai ficar a questão da diária, do transporte desse conselheiro.

Sueli: A viagem, na segunda feira a (Marlene)...

Ana Boabaid: Sim, a (Marlene) está propondo ir, como que vai ficar a diária, transporte dela?

Sueli: Sim, aí é com ele.

Marcos Aurélio Bertúlio Neves: (Marlene), vou pedir para a (Dani) pegar seu nome completo, que a secretária (Margarete) está cuidando disso, então eu vou voltar à secretaria, assinar uma portaria constituindo, e lá está viabilizando a questão de transporte, da diária para poder tá?

Ana Boabaid: Eu queria só colocar na questão dessa viagem para a conselheira (Marlene) que lá no conselho estadual tem os relatórios do

(Hospital De Sorriso), seria bom você pegar antes de viajar. Não, os relatórios da (OS) de lá, estão todos no conselho, sim.

Marcos Aurélio Bertúlio Neves: Conselheiros muito obrigado tá, estamos encerrando, obrigado. Obrigado pessoal.

[03:32:14]



audiotext

Audiotext Serviços e Cia. LTDA

CNPJ: 17.429.373/0001-85

(41) 3363-3220

falecom@audiotext.com.br

audiotext.com.br